



CATÓLICA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA

PORTO

*FAMÍLIAS DE ACOLHIMENTO EM PORTUGAL:
UM ESTUDO SOBRE SATISFAÇÃO,
DIFICULDADES E INTENÇÃO DE CONTINUAR
A ACOLHER*

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção
do grau de mestre em Psicologia

- Especialização em Psicologia Clínica e da Saúde -

Cláudia Maria Nogueira Santos

Porto, janeiro de 2023



CATÓLICA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA

PORTO

*FAMÍLIAS DE ACOLHIMENTO EM PORTUGAL:
UM ESTUDO SOBRE SATISFAÇÃO,
DIFICULDADES E INTENÇÃO DE CONTINUAR
A ACOLHER*

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção
do grau de mestre em Psicologia

- Especialização em Psicologia Clínica e da Saúde -

Cláudia Maria Nogueira Santos

Trabalho efetuado sob a orientação de

Prof.^a Doutora Mariana Negrão

e Doutora Stephanie Alves

Porto, janeiro de 2023

AGRADECIMENTOS

Às Famílias de Acolhimento, por tornarem tudo isto possível e por serem áduos agentes na construção de um Mundo melhor. Este trabalho é dedicado a vocês e a todas as crianças.

Aos que me apoiaram a traçar este caminho, é calorosa a gratidão que sinto pelo vosso amparo nos momentos de incerteza e dificuldade.

Às minhas orientadoras, que recordarei com profunda admiração e carinho:

À Professora Mariana, por todos os ensinamentos que ultrapassam a Psicologia. Pela sua exigência e rigor, sempre de mão dada com um toque gentil, empático e humano. Por ter acreditado e transmitido confiança nas minhas capacidades desde o primeiro dia. Um eterno obrigada pelo seu olhar terno e atento.

À Doutora Stephanie, por ter aceitado entrar a bordo da viagem e por ter (co)orientado este navio a bom porto. Pela sua abordagem próxima e humilde, e por várias vezes ter sido para mim fonte de inspiração, com todo o seu conhecimento infinito e curiosidade em aprender mais.

À minha família, pelo esforço incansável e por serem exemplo de resiliência. Em particular aos meus pais, por trabalharem de sol a sol para que eu pudesse correr atrás do sonho. Pai, és o apoio silencioso que se expressa no toque; mãe, obrigada pela leveza nos momentos de desesperança; e Susaninha, por desbravares o caminho.

Aos amigos, *que também são família*, pela constância. Por me permitirem mergulhar de cabeça, segura de que não mergulho sozinha. Por me presentear com tranquilidade e me darem a provar o gosto da felicidade em cada (re)encontro. Um obrigada às minhas *Inêses*, ao Rô e ao Vi, à Joana, Izzy e B, Ari, Cris e Triz.

À Rita, um agradecimento especial, por ter saltado para dentro de um navio a afundar e por me mostrar todos os dias o que significa lutar lado a lado.

À Lau, por encarar o medo. Por se permitir sentir e ensinar a si mesma que a vulnerabilidade pode ser sinónimo de força. Por ser lembrete constante da beleza que repousa na simplicidade da existência e de que o que for, será.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	9
2. ESTADO DA ARTE.....	9
2.1. Acolhimento Familiar em Portugal: Definição e Enquadramento Legal.....	9
2.2. Caracterização do Acolhimento Familiar em Portugal.....	11
2.3. A Experiência das Famílias de Acolhimento: Satisfação, Dificuldades e Intenção de continuar a acolher	12
3. MÉTODO.....	18
3.1. Objetivos do estudo	18
3.2. Participantes.....	18
3.3. Instrumento	22
3.4. Procedimentos.....	23
3.4.1. Recolha de dados	23
3.4.2. Tratamento de dados.....	24
4. RESULTADOS.....	25
5. DISCUSSÃO.....	51
6. CONCLUSÕES.....	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Caracterização sociodemográfica dos participantes

Tabela 2. Caracterização sociodemográfica das crianças acolhidas

Tabela 3. Frequências de resposta aos itens da satisfação com o processo de acompanhamento

Tabela 4. Medidas de tendência central e de dispersão dos itens da satisfação com o processo de acompanhamento

Tabela 5. Frequências de resposta aos itens de outros aspectos de satisfação

Tabela 6. Medidas de tendência central e de dispersão dos itens de outros aspectos de satisfação

Tabela 7. Frequências de resposta aos itens da satisfação com aspectos específicos do acolhimento de uma criança

Tabela 8. Medidas de tendência central e de dispersão dos itens da satisfação com aspectos específicos do acolhimento de uma criança

Tabela 9. Frequências de resposta aos itens das dificuldades no acolhimento

Tabela 10. Medidas de tendência central e de dispersão dos itens das dificuldades no acolhimento

Tabela 11. Frequências de resposta aos itens do momento em que começaram a surgir as dificuldades mais intensas

Tabela 12. Associações entre satisfação com o processo de acompanhamento e dificuldades no acolhimento

Tabela 13. Diferenças na satisfação com o processo de acompanhamento e intenção de continuar a acolher

Tabela 14. Diferenças nas dificuldades no acolhimento e intenção de continuar a acolher

GLOSSÁRIO

AF – Acolhimento Familiar

FA – Família(s) de Acolhimento

FO – Família(s) de Origem

LPCJP – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

MIAF – Modelo Integrado de Acolhimento Familiar

SCML – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

UAACAF – Unidade de Adoção, Apadrinhamento Civil e Acolhimento Familiar

RESUMO

O Acolhimento Familiar é uma medida de promoção dos direitos e proteção de crianças e jovens em perigo, apontada pela literatura científica e pela lei portuguesa como medida preferencial. Contudo, esta encontra-se muito aquém de ser a mais utilizada em Portugal, sendo o acolhimento residencial a medida que assume essa posição.

Com o objetivo de caracterizar as experiências das famílias de acolhimento relativamente às variáveis satisfação, dificuldades e intenção de continuar a acolher, este estudo recorreu a um questionário online para recolher as experiências de 39 dos acolhedores inseridos num novo programa de acolhimento familiar na região metropolitana de Lisboa.

Os resultados demonstram elevada satisfação com o apoio recebido e baixos níveis de dificuldades com o processo de acolhimento, e corroboram a literatura internacional no que diz respeito à importância do papel dos profissionais de acolhimento familiar e à sua relação com as famílias de acolhimento para o sucesso dos processos de acolhimento familiar, bem como demonstram que níveis mais elevados de satisfação estão associados a uma maior intenção de continuar a acolher. A discussão dos resultados e conclusão do estudo são feitas tendo em consideração as implicações do mesmo para a melhoria dos processos de acolhimento familiar.

Palavras-chave: Acolhimento familiar, Famílias de acolhimento, Satisfação, Dificuldades, Intenção de continuar a acolher

ABSTRACT

Family foster care is a measure for promoting the rights and protection of children and youth at risk, indicated by the scientific literature and the portuguese law as the preferred measure. However, it is far from being the most widely used in Portugal, with residential care being the measure that assumes this position.

To better understand the experiences and characterize foster families regarding their levels of satisfaction, difficulties, and intention to continue fostering, this study used an online questionnaire to characterize the experiences of 39 foster carers in a new family foster care program taking place in Lisbon's metropolitan region.

The results show high satisfaction with the support received and low levels of difficulties with the fostering process, and corroborate the international literature regarding the important role that foster care professionals play and their relationship with the foster families for the success of the fostering processes. The results also demonstrate that higher levels of satisfaction are associated with higher intention to continue fostering. The discussion of the results and conclusion of the study were made taking into consideration its implications for the improvement of foster care processes.

Key Words: Family foster care, Foster families, Satisfaction, Difficulties, Intention to keep fostering

1. INTRODUÇÃO

O acolhimento familiar (AF) é definido pela American Psychological Association (2022) como a prestação de cuidados temporários a crianças e/ou jovens, por indivíduos que não são os seus pais naturais nem adotivos, uma vez que os mesmos estão impedidos por motivos de indisponibilidade, abuso ou incapacidade de prestar os cuidados adequados.

Esta medida surgiu da necessidade de proporcionar melhores condições familiares e ambientais a crianças e jovens em situação de perigo, permitindo a sua colocação em famílias de acolhimento quer a curto como a longo prazo (Lawrence et al., 2006). O AF ambiciona promover não só a saúde, bem-estar e segurança das crianças e adolescentes, como também a sua reunificação com as famílias de origem (Moirá & Eleoff, 2020), as quais são auxiliadas pelos profissionais de AF no sentido de modificar os motivos que originaram o acolhimento.

Em Portugal, apesar de crescente, ainda não é expressivo o recurso a esta medida. Paralelamente, a investigação nacional sobre a temática é também relativamente escassa. Assim, o presente estudo pretende ser uma mais-valia para a área, procurando conhecer as experiências das famílias de acolhimento quanto à satisfação e dificuldades sentidas durante o processo de acolhimento e à intenção de continuarem a acolher.

2. ESTADO DA ARTE

2.1. Acolhimento Familiar em Portugal: Definição e Enquadramento Legal

De acordo com a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), o acolhimento familiar é uma medida de promoção dos direitos e proteção de crianças e jovens em perigo, consistindo na “atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma pessoa singular ou a uma família, habilitadas para o efeito, visando proporcionar à criança ou jovem a integração em meio familiar estável que lhe garanta os cuidados adequados às suas necessidades e ao seu bem-estar, bem como a educação e o afeto necessários ao seu desenvolvimento integral” (Lei n.º 147/99, artigo 46.º, p. 17).

A medida de acolhimento familiar foi considerada na LPCJP desde a sua conceção em 1999 (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro). Porém, apenas em 2015 foi estabelecido que o acolhimento familiar deveria ser contemplado para uma criança ou jovem em perigo,

independentemente de ser ou não uma possibilidade a sua reintegração com a família biológica, bem como, ser medida preferencial para as crianças com menos de 6 anos de idade (Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro).

O regime de execução desta medida surge inicialmente em 2008, numa das atualizações à LPCJP, com o propósito de explicitar como a mesma deveria ser aplicada (Decreto-Lei n.º 11/2008, de 17 de janeiro). Todavia, os termos, condições e procedimentos das diferentes etapas do processo de acolhimento familiar (candidatura, seleção, formação, avaliação e reconhecimento), bem como os termos e as condições de atuação das instituições de enquadramento no âmbito da execução desta medida, só foram verdadeiramente definidos em 2020, com a entrada em vigor da Portaria n.º 278-A/2020, de 4 de dezembro. De entre as condições e procedimentos definidos na mesma, destacam-se 1) *a avaliação das candidaturas a famílias de acolhimento*, que deverão assentar num estudo psicossocial das mesmas, por forma a garantir que são detentoras das condições e competências necessárias para assegurar o cumprimento das funções que terão de exercer enquanto famílias de acolhimento; 2) *a reavaliação das famílias de acolhimento*, assente na verificação de que as mesmas ainda reúnem as condições, competências e disponibilidade adequadas para o desempenho das suas funções e manutenção em bolsa; 3) *a formação, inicial e contínua e de caráter obrigatório*, que incide em temáticas específicas do processo de acolhimento familiar, e que visam colmatar as necessidades de cada família de acolhimento; e 4) *as competências* que devem ser asseguradas pelas instituições de enquadramento (e.g., apoiar as famílias em todos os atos necessários para garantir às crianças e jovens acolhidos o acesso pleno aos seus direitos de cidadania; garantir o apoio e acompanhamento técnico permanente, necessários ao cumprimento das obrigações decorrentes do acolhimento familiar; garantir ações de supervisão externa aos profissionais de AF mediante recurso a supervisores com reconhecida experiência na área das crianças e jovens em perigo).

O AF apresenta-se então como uma resposta alternativa para crianças e jovens em perigo e, de acordo com o Decreto-Lei n.º 11/2008, artigo 2º, este possibilita a integração de crianças e jovens num meio familiar estável e apto para dar resposta às suas necessidades, sejam estas físicas, psíquicas, emocionais ou sociais, e tendo sempre em vista o objetivo de garantir o bem-estar, a educação e o afeto necessários para um desenvolvimento integral, bem como o estabelecimento de laços afetivos, seguros e estáveis que contribuam para um desenvolvimento harmonioso.

2.2. Caracterização do Acolhimento Familiar em Portugal

Atualmente, e considerando as medidas de colocação existentes, o acolhimento familiar não é em Portugal a medida de promoção dos direitos e proteção de crianças e jovens em perigo mais utilizada, sendo o acolhimento residencial a medida que assume essa posição (Instituto de Segurança Social, I.P., 2021), embora exista consenso acerca das mais valias da medida de acolhimento familiar em termos dos positivos resultados desenvolvimentais apresentados pelas crianças, nomeadamente, a nível psicológico (Nowacki & Schoelmerich, 2010).

De acordo com o relatório CASA 2020, das 6.706 crianças e jovens em acolhimento no sistema nesse ano, 86,3% integrava o sistema de acolhimento residencial generalista. Simultaneamente, apenas 202 crianças e jovens se encontravam em acolhimento familiar, correspondendo a 3,0% do total das situações de acolhimento (Instituto de Segurança Social, I.P., 2021).

Considerando os dados acima espelhados, Portugal está muito aquém dos restantes países europeus no que diz respeito ao número de crianças sob a medida de colocação em acolhimento familiar. De acordo com os dados de uma análise comparativa internacional sobre medidas de proteção de crianças, a Irlanda e a Noruega são os líderes europeus em termos de crianças e jovens em acolhimento familiar, com percentagens iguais a 90,5 e 86, respetivamente (Del Valle & Bravo, 2013). Contrastando com estes valores, serve de exemplo o caso da Alemanha, que apresenta uma percentagem de acolhimento familiar de 44%, inferior à de acolhimento residencial, correspondente a 56% (Del Valle & Bravo, 2013). Ainda assim, mantém-se clara a elevada disparidade entre Portugal e os países referidos.

Em linha com estas evidências, é notório que em Portugal existe uma prevalência que recai na adoção da medida de acolhimento residencial de crianças e jovens em perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro). Esta disparidade entre as medidas pode justificar-se, em parte, pelo facto de, em Portugal, as medidas de apoio junto de outros familiares da criança serem consideradas uma medida de apoio em meio natural de vida e não como medida de acolhimento familiar, contrariamente ao que acontece noutros países (Carvalho & Diogo, 2021). Ainda, a prevalência que recai sobre o acolhimento residencial pode também ser explicada pela inexistência de uma “cultura de acolhimento familiar”, que se traduz na reduzida existência de campanhas de divulgação do acolhimento familiar

(Delgado et al., 2015; Negrão et al., 2019), bem como pelas igualmente reduzidas campanhas de recrutamento e seleção de possíveis famílias de acolhimento, reforçando assim o insuficiente número existente das mesmas (Delgado et al., 2015).

Porém, e no que se espera ser um ponto de viragem, pôde verificar-se um ligeiro aumento no número de crianças acolhidas em 2020, comparativamente a 2019 (Instituto de Segurança Social, I.P., 2021). Têm também crescido as campanhas de divulgação e recrutamento, como é o caso da “Procuram-se Abraços” (Mundos de Vida, 2019) e da “Lx Acolhe” (SCML, 2020), com o propósito de sensibilizar, divulgar e recrutar famílias de acolhimento. Neste sentido, e por forma a potencializar ou, pelo menos, manter a trajetória ascendente do acolhimento familiar, é recomendado um aumento da alocação de recursos humanos, técnicos e financeiros adequados à execução da medida (Carvalho & Diogo, 2021), bem como se deverá proceder a uma reconfiguração do sistema através de investimento político e de uma visão sistémica para as políticas da infância, colocando um igual foco na prevenção e na remediação, isto é, evitando que as crianças sejam retiradas do seu contexto familiar e, caso tal seja inevitável, que se garantam as condições necessárias para que estas possam voltar. Ainda, cumpre-se explorar a experiência das famílias de acolhimento, por forma a ser possível desenvolver e colocar em prática diferentes estratégias que maximizem a sua retenção.

2.3. A Experiência das Famílias de Acolhimento: Satisfação, Dificuldades e Intenção de continuar a acolher

As famílias de acolhimento representam uma importante fonte de informação, capaz de contribuir para um melhor desenvolvimento dos processos de acolhimento familiar, pelo que ter conhecimento sobre os fatores associados à satisfação, dificuldades e intenção de continuar a acolher ajudará as entidades responsáveis a entender as suas necessidades e preocupações, possibilitando uma melhor compreensão de como os processos de acolhimento estão a decorrer e de como melhor os auxiliar (Denby et al., 1999).

Satisfação

A satisfação das famílias de acolhimento, segundo Geiger e colaboradores (2013), pode ser um fator significativo no que toca à vontade que estas sentem para continuar a desempenhar o seu papel de famílias de acolhimento. Todavia, Delgado e colaboradores (2015) concluíram, numa investigação comparada sobre a satisfação de acolhedores portugueses e espanhóis, que a satisfação com o processo de acolhimento não está obrigatoriamente em linha com a satisfação com os resultados do mesmo, sendo estes correspondentes ao cumprimento dos objetivos do acolhimento. Salienta-se, no caso português, que as famílias de acolhimento expressaram um nível mais elevado de satisfação com os resultados, apesar de manifestarem mais críticas e níveis de satisfação mais baixos com o processo de acolhimento, sendo que este incluía a satisfação com as seguintes dimensões: a) informação recebida antes do acolhimento; b) preparação da criança ou jovem para o acolhimento; c) apoio económico; e d) processo de adaptação da criança ou jovem. Em contrapartida, as famílias de acolhimento espanholas expressaram maior satisfação com o processo em comparação aos resultados, apesar de estes também terem sido positivos.

Denby e colaboradores (1999), num estudo quantitativo norte americano, procuraram explorar e descrever possíveis preditores da satisfação das famílias de acolhimento e contaram com uma amostra de 539 participantes, tendo concluído que os seguintes grupos de fatores poderão ser enquadrados como um modelo para compreender a satisfação das famílias de acolhimento: (1) motivacionais, (2) autoeficácia e formação, (3) *stress* familiar e apoio recebido, (4) serviços de apoio prestados pelas entidades responsáveis pelos acolhimentos e (5) demográficos.

Realçando-se os fatores de autoeficácia, um estudo sul australiano de Whenan e colegas (2009), com uma amostra de 58 famílias de acolhimento, concluiu que se pode promover uma maior satisfação através do estabelecimento de relações calorosas entre família de acolhimento e criança acolhida, com um sentimento de autoeficácia em relação aos comportamentos desafiantes da criança acolhida e conseqüente perceção de competência. Os autores concluíram também que as motivações das famílias de acolhimento, o seu reconhecimento e valorização, e a formação são fatores capazes de reduzir os efeitos negativos gerados pelos problemas comportamentais e emocionais da criança acolhida, promovendo igualmente a satisfação da família de acolhimento.

Um outro estudo australiano, que contou com uma amostra de 137 famílias de acolhimento e cujo objetivo era determinar quais os fatores associados às entidades responsáveis pelos acolhimentos que contribuem para níveis mais elevados de satisfação das famílias de acolhimento, concluiu que a formação, a adequação do apoio prestado, o apoio financeiro para cobrir as despesas do acolhimento e um *match* adequado entre a família de acolhimento e a criança/jovem acolhidos são fatores preditivos de maior satisfação das famílias de acolhimento (Randle et al., 2017).

Por fim, uma recente revisão sistemática sobre os fatores necessários para um acolhimento percebido como bem-sucedido e satisfatório para as famílias de acolhimento (Saarnik, 2021) originou três temas principais. O primeiro, *competências e características de personalidade dos acolhedores*, realça aspetos como a autoconsciência sobre as competências, limites e fatores de stress que caracterizam as famílias de acolhimento, tais como a comunicação, paciência, capacidade de se comprometer e/ou de pedir ajuda, e expectativas realistas. O segundo tema, *atmosfera familiar e relação com a criança acolhida*, envolve a capacidade de aceitar a criança acolhida como membro integrante da família, sendo que a mesma deverá desenvolver uma nova identidade e relações; familiarizar-se e acomodar as crenças, tradições e cultura da criança acolhida; e a definição de regras e limites (e.g., rotinas). E o terceiro, *fatores de apoio*, esclarece o valor que as famílias de acolhimento atribuem ao apoio da comunidade, família, amigos e local de trabalho, realçando-se também a necessidade crucial de receber apoio adequado por parte dos profissionais de AF. A autora destaca que a maioria das famílias de acolhimento identificaram pouca satisfação com o apoio prestado por estes profissionais, e que expressam a necessidade de se sentirem envolvidas no planeamento e tomadas de decisão que dizem respeito à criança acolhida, bem como valorizadas pelos profissionais, através do respeito, reconhecimento e apoio emocional (Saarnik, 2021).

Dificuldades

Os cuidados prestados pelas famílias de acolhimento vão para além de uma experiência normativa de parentalidade (Murray et al., 2011), surgindo naturalmente diferentes dificuldades na prestação desses cuidados. Segundo a literatura internacional, as famílias de acolhimento apontam dificuldades com o processo de acolhimento, as quais surgem intimamente relacionadas com os diferentes aspetos do mesmo, sabendo-se que a

experiência como um todo é geradora de stress para estas famílias (Triseliotis et al., 1998). Assim, colocando-se inicialmente o foco no sistema de acolhimento e nos profissionais de AF, as famílias de acolhimento apontam diversas dificuldades, entre as quais a indisponibilidade e a reduzida frequência das visitas, os poucos conhecimentos dos profissionais sobre o acolhimento familiar, a falta de informação sobre a criança que lhes é transmitida (Triseliotis et al., 1998), a falta de suporte emocional e confiança por parte dos profissionais do acolhimento familiar, a insuficiente compensação monetária, a ausência de resposta em situações de crise (MacGregor et al., 2006), e os sentimentos de desvalorização por parte dos profissionais que as acompanham, pelo facto de estes se encontrarem frequentemente indisponíveis (Chipungu & Bent-Goodley, 2004).

Por sua vez, as características das crianças acolhidas são também um fator significativamente relacionado com as dificuldades experienciadas pelas famílias de acolhimento, entre as quais a idade, os problemas comportamentais, emocionais e interpessoais (Cooley et al., 2019; Murray et al., 2011). A literatura evidencia que as famílias de acolhimento sentem um desinvestimento emocional em relação a crianças que exibem comportamentos difíceis e desafiantes (Koren-Karie & Markman-Gefen, 2016), assim como reportam uma parentalidade menos ativa e níveis mais elevados de stress parental nestas circunstâncias (Vanschoonlandt et al., 2013).

Fatores associados às famílias de origem das crianças acolhidas também surgem associados às dificuldades experienciadas pelas famílias de acolhimento. Um estudo de Murray e colaboradores (2011) que contou com 17 famílias de acolhimento de uma cidade inglesa, sobre as perceções das mesmas acerca do apoio e formação no contexto de uma elevada carga de cuidados, concluiu que todos os participantes apontaram algumas dificuldades relacionadas com o contacto dos próprios e/ou das crianças acolhidas com as suas famílias de origem. As dificuldades identificadas deviam-se, no caso das crianças acolhidas, ao aumento de comportamentos difíceis pós-visitas/contacto, a crianças que não querem ter as visitas/contacto, à necessidade de gerir o sentimento de desilusão das crianças decorrentes das visitas e às reincidências de abuso que ocorrem durante as visitas/contacto. Quanto às famílias de acolhimento, as suas dificuldades surgem relacionadas ao impacto emocional provocado pelas famílias de origem, ao abuso verbal e ameaças por parte das mesmas, às diferenças culturais refletidas nos cuidados prestados pelas diferentes famílias, e ao não saber como apoiar as crianças acolhidas e como lhes responder a determinadas questões sobre a família de origem.

O acolhimento familiar surge ainda associado a um carácter temporário, sendo esta uma questão complexa associada à necessidade de a criança transitar para um contexto de vida permanente (Sinclair et al., 2005, as cited in Delgado et al., 2014). Contudo, a duração do acolhimento nem sempre tem um tempo exato previsto, o que se afigura como um aspeto gerador de dificuldades para quem acolhe (Brown & Calder, 1999; Delgado et al., 2014). Ainda, as dificuldades com o término do acolhimento e a transição da criança estão também associadas às preocupações com a segurança e bem-estar da criança após a reunificação com a família de origem, com o impacto da saída da criança acolhida na família de acolhimento e com o facto de as mesmas nem sempre se sentirem valorizadas na tomada de decisões relativas ao término/transição da criança (Brown & Calder, 1999).

Em Portugal, são ainda escassos os estudos focados na perspetiva das famílias de acolhimento quanto àquelas que são as suas dificuldades com o acolhimento (Delgado, 2010). Sabe-se, porém, através de um estudo de Carvalho e colaboradores (2019), que uma das dificuldades experienciadas pelas famílias de acolhimento portuguesas está relacionada com as visitas/contactos com as famílias de origem das crianças acolhidas. Tais dificuldades estão relacionadas com a logística do contacto (e.g., deslocação, despesas) e com o relacionamento entre ambas as famílias.

Intenção de continuar a acolher

De acordo com Miron e colegas (2013), a importância das famílias de acolhimento pode ser realçada através da teoria da vinculação, considerando que através da estabilidade que estes oferecem, poderão desempenhar um papel crítico na vida de crianças e jovens com experiências traumáticas e vínculos quebrados, tornando-se assim essencial a retenção destas famílias de acolhimento.

Uma revisão sistemática de literatura que incidiu sobre fatores de retenção e de intenção em continuar/descontinuar o acolhimento por parte das famílias, identificou 4 diferentes fatores como tendo influência sobre a decisão de continuar a acolher: a) o sistema de proteção infantil, b) as características pessoais e familiares das famílias de acolhimento, c) as características da criança acolhida e d) os desafios do processo de acolhimento (Gouveia et al., 2021). Estes fatores deram lugar a subfatores, tendo-se verificado a variabilidade ao nível do impacto que têm (positivo ou negativo). Ao nível

dos fatores do sistema de proteção infantil, verificou-se que os subfatores *burocracia e problemas relacionais com os profissionais* impactam negativamente a intenção de continuar a acolher das famílias de acolhimento. As *características das crianças acolhidas*, por sua vez, estão fortemente relacionadas com a intenção de continuar a acolher das famílias de acolhimento, sendo que quanto mais relevantes eram os problemas psicológicos e os problemas com a criança acolhida, assim como as poucas melhorias observadas na criança, menor seria a intenção de continuar a acolher das famílias de acolhimento (Gouveia et al., 2021). Por fim, e contrastando com os fatores supramencionados, foi possível concluir-se que as características pessoais e familiares, assim como os desafios do processo de acolhimento (reunificação com a família de origem como subfator), demonstraram ter um impacto quer positivo quer negativo na intenção de continuar a acolher das famílias de acolhimento, isto é, podendo contribuir ou não para que estas famílias pretendam continuar a acolher (Gouveia et al., 2021).

Diogo e Branco (2020), a partir de uma investigação empírica com base numa abordagem qualitativa, chegaram a três grandes fatores que influenciam a intenção das famílias de acolhimento de continuar a acolher: (1) o impacto do acolhimento – que envolve a gestão de expectativas, as dinâmicas familiares diárias, o impacto nos filhos biológicos e o comportamento da criança acolhida; (2) o sistema de recompensas – relacionado com a qualidade do apoio recebido pelos profissionais de AF, o quadro jurídico do acolhimento familiar e o reconhecimento e valorização social, por parte de todas as pessoas envolvidas, como a criança acolhida, os familiares, amigos e profissionais de AF; e (3) o processo de separação – na fase de término do acolhimento, relacionado com qualidade da preparação prévia para o mesmo e com o apoio recebido durante o processo de transição.

Alfim, considerando-se a revisão de literatura realizada e os poucos dados existentes a nível nacional sobre a perspetiva das famílias de acolhimento portuguesas, salienta-se a importância de investigar os construtos satisfação, dificuldades e intenção de continuar a acolher, dada a sua relevância na experiência de acolhimento destas famílias. Assim, o presente estudo debruçar-se-á, inicialmente, sobre a caracterização das famílias de acolhimento portuguesas integrantes de um projeto pioneiro de acolhimento familiar na região metropolitana de Lisboa, o que permitirá adquirir um olhar sobre a experiência das mesmas numa área geográfica com uma experiência prévia muito residual de acolhimento familiar. Posteriormente, realizar-se-á a caracterização das variáveis

satisfação, dificuldades e intenção de continuar a acolher, bem como se procurará explorar as relações existentes entre estas variáveis.

3. MÉTODO

3.1. Objetivos do estudo

Este estudo tem seguintes objetivos: 1) caracterizar a satisfação, dificuldades e intenção de continuar a acolher das famílias de acolhimento; 2) explorar a relação entre a satisfação e as dificuldades experienciadas pelas famílias de acolhimento; 3) explorar a relação entre a satisfação e a intenção de continuar a acolher; e 4) explorar a relação entre as dificuldades sentidas e a intenção de continuar a acolher.

De acordo com a revisão de literatura, espera-se que 1) níveis mais elevados de satisfação e níveis mais baixos de dificuldades se relacionem positivamente com a intenção de continuar a acolher, e que 2) quanto mais elevada a satisfação, mais baixas serão as dificuldades experienciadas e vice-versa.

3.2. Participantes

Os participantes foram selecionados considerando como critérios de inclusão: famílias de acolhimento que foram avaliadas, formadas e acompanhadas pelo serviço de acolhimento familiar da Unidade de Adoção, Apadrinhamento Civil e Acolhimento Familiar (UAACAF) da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), e que acolheram pelo menos uma criança durante um período mínimo de três meses, sendo que tal acolhimento pode ou não já ter terminado.

A amostra desta investigação é constituída por um total de 39 participantes, correspondentes a 28 famílias de acolhimento. Oito dos participantes (20.5%) têm uma candidatura para família de acolhimento singular, e os restantes 31 (79.5%) uma candidatura de casal.

Todos os 39 participantes são de nacionalidade portuguesa, têm uma idade média de 47.05 anos ($DP = 8.00$). O agregado familiar dos participantes é constituído, em média, por quatro pessoas ($M = 4.03$, $DP = 1.59$). Por sua vez, os participantes vivem em média com duas crianças e/ou jovens ($M = 2.15$, $DP = 1.06$).

A maioria dos participantes é do sexo feminino, encontra-se empregada, é casada ou em união de facto, tem filhos e/ou enteados, tem um grau de educação superior, e não tem nenhuma condição de saúde psicológica/psiquiátrica atual ou prévia. Acrescenta-se que a maioria dos participantes nunca teve uma experiência prévia de acolhimento familiar.

Tabela 1

Caracterização sociodemográfica dos participantes

Variáveis sociodemográficas	<i>n</i>	%
Sexo		
Feminino	28	71.8%
Masculino	11	28.2%
Estado Civil		
Solteiro	6	15.4%
Separado/Divorciado	2	5.1%
Casado/União de Facto	31	79.5%
Habilitações Literárias		
Escolaridade Obrigatória	8	20.5%
Bacharelato/Licenciatura/Mestrado	29	74.4%
Doutoramento	2	5.1%
Situação Profissional		
Empregado	32	82.1%
Desempregado/Outra	7	17.9%
Condição de Saúde Psicológica/Psiquiátrica		
Não, nunca teve	35	89.7%
Sim, já teve	4	10.3%
Condição de Saúde Física		
Não, nunca teve	35	89.7%
Sim, já teve/tem	4	10.3%

Tabela 1 (cont.)*Caracterização sociodemográfica dos participantes*

Variáveis sociodemográficas	n	%
Experiência Prévia		
Não, nunca teve	32	82.1%
Sim, tem experiência prévia	7	17.9%
Filhos e/ou enteados		
Sim, tem	33	84.6%
Não, não tem	6	15.4%

Do total dos participantes, 31 (79.5%) acolheram uma criança, seis (15.4%) acolheram duas crianças e dois (5.1%) acolheram três crianças. Aquando da recolha de dados, 37 dos participantes estava a acolher uma criança.

Por sua vez, foi possível recolher informações de 30 crianças, as quais têm uma idade média de 2.49 anos ($DP = 3.47$), variando entre os 0 e os 12 anos de idade.

Destaca-se que a maioria das crianças acolhidas são do sexo masculino e não apresentam condições de saúde e/ou desenvolvimento nem problemas de comportamento e/ou emocionais, bem como não se conhece ainda o seu projeto de vida. Os motivos principais que levaram à implementação da medida de acolhimento familiar foram a negligência, o abandono e a adoção.

Durante os acolhimentos, 16 (53.3%) das crianças têm ou tiveram contacto com as suas famílias de origem, e 15 (50%) das famílias de acolhimento têm ou tiveram contacto com as famílias de origem das crianças.

Quanto à variável *motivos da medida de acolhimento familiar*, os participantes que responderam “*Outro*” mencionam questões relacionadas com alcoolismo, incapacidades cognitivas dos progenitores e incapacidade da família de origem por questões psiquiátricas.

Tabela 2*Caracterização sociodemográfica das crianças acolhidas*

Variáveis sociodemográficas	n	%
Sexo		
Feminino	11	36.7%
Masculino	19	63.3%
Condição de Saúde e/ou Desenvolvimento		
Não	21	70%
Sim	9	30%
Problema de Comportamento e/ou Emocional		
Não	26	86.7%
Sim	4	13.3%
Situação Escolar		
Nenhuma	11	36.7%
Berçário	3	10%
Creche/Jardim de Infância	13	43.3%
Outra situação escolar	3	10%
Projeto de Vida		
A criança vai regressar/regressou à família de origem	6	20%
A criança vai ser/foi adotada por uma nova família	5	16.7%
Ainda não sabe o projeto de vida	18	60%
Outro projeto de vida	1	3.3%
Motivos da Medida de Acolhimento Familiar		
Negligência	11	40.7%
Vítima de mau trato psicológico	4	14.8%
Vítima de mau trato físico	2	7.4%
Ausência temporária de suporte familiar	2	7.4%
Motivos da Medida de Acolhimento Familiar		
Abandono	6	20.7%
Orfandade	1	3.7%
Menores estrangeiros não acompanhados	1	3.7%

Tabela 2 (cont.)*Caracterização sociodemográfica das crianças acolhidas*

Variáveis sociodemográficas	n	%
Motivos da Medida de Acolhimento Familiar		
Adoção	6	20.7%
Prática de atos qualificados como ilícitos criminais dos pais	2	7.4%
Outro	5	18.5%

3.3. Instrumento

Questionário de Experiência e Satisfação com o Acolhimento Familiar (QESAF; Alves, Grangeia, Negrão, Baptista e Rodrigues, 2021)

Na presente dissertação, foi utilizado o Questionário de Experiência e Satisfação com o Acolhimento Familiar (Alves, Grangeia, Negrão, Baptista e Rodrigues, 2021), desenvolvido no âmbito do projeto alargado “Modelo Integrado de Acolhimento Familiar” (MIAF). Este questionário foi desenvolvido a partir de uma revisão de literatura nacional e internacional sobre o acolhimento familiar, bem como de outros instrumentos que se debruçam sobre esta mesma área.

O questionário é de autorresposta e é constituído por duas secções. A primeira secção abrange a informação sociodemográfica e questões centradas na experiência global de AF (e.g., satisfação com o acompanhamento recebido, dificuldades mais intensas). A segunda secção contém questões específicas sobre cada AF e criança acolhida, iniciando-se com perguntas orientadas para a recolha da informação sociodemográfica da criança acolhida, seguidas de questões relativas ao motivo da medida de AF, às dificuldades sentidas no acolhimento (e.g., em estabelecer uma relação afetiva/emocional com a criança, em articular com outros serviços para questões relacionadas com o AF), ao impacto que o AF teve na FA (e.g., impacto na saúde, na estabilidade financeira e laboral, na relação com amigos, família e companheiro/a) e na criança (e.g., na sua saúde, na regulação do comportamento e de emoções, no desempenho académico), a satisfação para com diferentes aspetos do AF (e.g., informação recebida sobre a criança, relação estabelecida com a criança durante o acolhimento, relação estabelecida com a família de origem (FO) da criança), entre outras.

O questionário é composto por diferentes tipos de questão no que toca ao formato de resposta, nomeadamente, resposta breve, escolha múltipla, escalas de *Likert* de 5 ou de 6 pontos. Este estudo analisa os construtos *satisfação*, *dificuldades* e *intenção de continuar a acolher*, pelo que se detalha a forma como o questionário aborda estes conceitos. A satisfação dos participantes quanto ao processo de acompanhamento que recebem/receberam, outros aspetos do acolhimento e satisfação específica foi avaliada através de 11, 6 e 5 itens, respetivamente, com recurso a uma escala de *Likert* de 6 pontos (“1 = Nada satisfeito/a”, “2 = Pouco satisfeito/a”, “3 = Moderadamente satisfeito”, “4 = Muito satisfeito/a”, “5 = Extremamente satisfeito/a”, “6 = Não se aplica”). As dificuldades dos participantes quanto ao acolhimento foram avaliadas através de 28 itens, com recurso a uma escala de *Likert* de 6 pontos (“1 = Nenhuma dificuldade”, “2 = Poucas dificuldades”, “3 = Algumas dificuldades”, “4 = Muitas dificuldades”, “5 = Extremas dificuldades”, “6 = Não aplicável”). Por fim, a intenção de continuar a acolher foi avaliada através de perguntas de escolha múltipla, seguidas de um espaço de resposta aberta que permitia comentar a resposta selecionada previamente.

3.4. Procedimentos

3.4.1. Recolha de dados

Os dados foram recolhidos no âmbito do projeto MIAF, levado a cabo pelo Laboratório Colaborativo ProChild CoLab, em parceria com a SCML, o ISCTE-IUL e a UCP. Assim, o estudo foi desenvolvido em parceria com o serviço de AF da UAACAF da SCML.

Os participantes que cumprissem os critérios de inclusão foram convidados a participar no estudo pelos profissionais de acolhimento familiar da UAACAF responsáveis pelo acompanhamento das FA. Estes profissionais solicitaram autorização às FA para que os seus contactos pudessem ser cedidos à equipa de investigação, por forma a que esta apresentasse o projeto e convidasse as FA a participar no estudo.

Os contactos com as diferentes FA iniciaram-se telefonicamente, entre novembro de 2021 e fevereiro de 2022, com o objetivo de convidar as mesmas a participar no estudo, dando-se a conhecer os seus objetivos e metodologia (*questionário online*), assim como as diretrizes para o preenchimento do questionário. No seguimento dos contactos telefónicos, foi enviado um e-mail para as famílias que aceitaram participar, com uma

hiperligação que os direcionava, inicialmente, para o consentimento informado e, posteriormente, caso o mesmo fosse aceite, para o questionário. O e-mail enviado continha ainda um breve resumo das diretrizes necessárias ao preenchimento do questionário, discutidas previamente. Por fim, foram também enviados lembretes sucessivos, através de e-mail e de mensagens de texto, de forma a maximizar a participação das famílias.

As questões éticas e deontológicas inerentes ao procedimento de recolha de dados foram asseguradas, tendo sido o projeto aprovado pela Comissão de Ética da Universidade do Minho. Todos os participantes preencheram um consentimento informado, no qual foi apresentada uma descrição dos objetivos do projeto e assegurada a confidencialidade e anonimato dos dados, quais as entidades responsáveis pelo projeto e pelo tratamento de dados, os possíveis riscos e benefícios da participação, os dados a ser recolhidos, como e para que finalidades, entre outros.

A administração do instrumento aos participantes foi realizada através do autopreenchimento de um questionário *online*, disponibilizado no gerador de formulários do ProChild CoLAB.

3.4.2. Tratamento de dados

Os dados recolhidos foram organizados numa base de dados, recorrendo-se ao programa IBM SPSS Statistics v.26.0 (IBM Corporation, 2019).

Com vista à realização da análise dos dados sociodemográficos dos participantes e da sua experiência de acolhimento relativamente às variáveis satisfação, dificuldades e intenção de continuar a acolher, recorreu-se à estatística descritiva, através de análises das medidas de tendência central e de dispersão.

Posteriormente, de forma a compreender a força e a direção das associações entre a satisfação e as dificuldades sentidas no acolhimento foi utilizado o coeficiente de correlação de Spearman. Por sua vez, o teste *t* foi utilizado para amostras independentes de forma a perceber 1) se existem diferenças entre os diferentes tipos (nomeadamente, *sim* e *talvez*) de intenção de continuar a acolher ao nível da satisfação sentida e 2) se existem diferenças entre os diferentes tipos de intenção de continuar a acolher ao nível

das dificuldades sentidas no acolhimento. Foi considerado para a análise dos resultados um limiar de significância estatística correspondente a $p < .05$.

Por fim, também se recorreu à análise de conteúdo para categorização das respostas abertas.

4. RESULTADOS

Caracterização da experiência de acolhimento: Satisfação, Dificuldades e Intenção de continuar a acolher

Satisfação

Os participantes expressaram elevados níveis de satisfação no que concerne ao *processo de acompanhamento* do AF (Tabela 3 e 4). Particularmente, os participantes demonstraram maior satisfação com 1) *o reconhecimento e valorização demonstrados por parte do serviço do AF*, 2) *o apoio recebido em caso de necessidade imediata*, 3) *a relação que estabeleceram com a equipa técnica do AF* e 4) *o apoio recebido na integração/início do(s) acolhimento(s)*. Contrariamente, demonstraram níveis mais baixos de satisfação com *o apoio recebido a estabelecer uma relação de colaboração com a FO da(s) criança(s)* e com *o apoio recebido na gestão dos contactos entre a(s) criança(s) e a sua FO durante o acolhimento*. Contudo, denotar que é reduzido o número de participantes que afirmam sentir nenhuma ou pouca satisfação.

Salientar também que nos itens *apoio recebido na fase de preparação para o término do(s) acolhimento(s)/transição da(s) criança(s)* e *apoio recebido após o término do(s) acolhimento(s)/transição da(s) criança(s)*, foram poucos os participantes que responderam entre 1 e 5, com a maioria respondendo 6 = “Não se aplica” ($n = 24$ e 26 , respetivamente), o que nos indica que mais de metade dos participantes ainda não experienciou a fase de término do processo de AF (Tabela 3).

Tabela 3*Frequências de resposta aos itens da satisfação com o processo de acompanhamento*

	Nada Satisfeito/a	Pouco Satisfeito/a	Moderadamente Satisfeito/a	Muito Satisfeito/a	Extremamente Satisfeito/a	Não se aplica
Apoio recebido na integração/início do(s) acolhimento(s)	1 (2.6%)	2 (5.1%)	1 (2.6%)	7 (17.9%)	27 (69.2%)	1 (2.6%)
Apoio recebido para questões relacionadas com os cuidados à(s) criança(s)	1 (2.6%)	1 (2.6%)	6 (15.4%)	9 (23.1%)	16 (41.0%)	6 (15.4%)
Apoio recebido na gestão dos contactos entre a(s) criança(s) e a sua FO durante o acolhimento	1 (2.6%)	4 (10.3%)	4 (10.3%)	12 (30.8%)	8 (20.5%)	10 (25.6%)
Apoio recebido a estabelecer uma relação de colaboração com a FO da(s) criança(s)	1 (2.6%)	2 (5.1%)	3 (7.7%)	8 (20.5%)	9 (23.1%)	16 (41.0%)
Apoio recebido na fase de preparação para o término do(s) acolhimento(s)/transição da(s) criança(s)	1 (2.6%)	0 (0%)	3 (7.7%)	2 (5.1%)	9 (23.1%)	24 (61.5%)
Apoio recebido após o término do(s) acolhimento(s)/transição da(s) criança(s)	1 (2.6%)	0 (0%)	1 (2.6%)	4 (10.3%)	7 (17.9%)	26 (66.7%)
Apoio recebido em caso de necessidade imediata	1 (2.6%)	0 (0%)	3 (7.7%)	4 (10.3%)	23 (59.0%)	8 (20.5%)

Tabela 3 (Cont.)*Frequências de resposta aos itens da satisfação com o processo de acompanhamento*

	Nada Satisfeito/a	Pouco Satisfeito/a	Moderadamente Satisfeito/a	Muito Satisfeito/a	Extremamente Satisfeito/a	Não se aplica
Regularidade dos contactos com a equipa técnica do Acolhimento Familiar	0 (0%)	4 (10.3%)	3 (7.7%)	9 (23.1%)	23 (59.0%)	0 (0%)
Relação que estabeleceu com a equipa técnica do Acolhimento Familiar	0 (0%)	2 (5.1%)	2 (5.1%)	9 (23.1%)	26 (66.7%)	0 (0%)
Grau em que é envolvido/a e a sua opinião é valorizada nas decisões sobre a(s) criança(s)	0 (0%)	3 (7.7%)	3 (7.7%)	12 (30.8%)	19 (48.7%)	2 (5.1%)
Reconhecimento da/a valorização demonstrada por parte do serviço do Acolhimento Familiar	0 (0%)	1 (2.6%)	3 (7.7%)	6 (15.4%)	29 (74.4%)	0 (0%)

Tabela 4

Medidas de tendência central e de dispersão dos itens da satisfação com o processo de acompanhamento

	<i>n</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>
Reconhecimento da/a valorização demonstrada por parte do serviço do Acolhimento Familiar	39	4.62	.75
Apoio recebido em caso de necessidade imediata	31	4.55	.93
Relação que estabeleceu com a equipa técnica do Acolhimento Familiar	39	4.51	.82
Apoio recebido na integração/início do(s) acolhimento(s)	38	4.50	.98
Regularidade dos contactos com a equipa técnica do Acolhimento Familiar	39	4.31	1.00
Grau em que é envolvido/a e a sua opinião é valorizada nas decisões sobre a(s) criança(s)	37	4.27	.93
Apoio recebido após o término do(s) acolhimento(s)/transição da(s) criança(s)	13	4.23	1.17
Apoio recebido na fase de preparação para o término do(s) acolhimento(s)/transição da(s) criança(s)	15	4.20	1.21
Apoio recebido para questões relacionadas com os cuidados à(s) criança(s)	33	4.15	1.03
Apoio recebido a estabelecer uma relação de colaboração com a FO da(s) criança(s)	23	3.96	1.15
Apoio recebido na gestão dos contactos entre a(s) criança(s) e a sua FO durante o acolhimento	29	3.76	1.12

Nota. O valor de *n* varia consoante os itens pois foram excluídas as respostas 6 = “Não se aplica” nas análises das medidas de tendência central e de dispersão, por forma a estas não inflacionarem os resultados.

Similarmente, também na *satisfação com outros aspetos do AF* é possível verificar-se que os participantes demonstraram níveis elevados de satisfação (Tabela 5 e 6). De forma particular, os participantes sentiram extrema satisfação com 1) *o apoio recebido do/a seu/sua companheiro/a*, 2) *o apoio recebido da sua rede de apoio informal* e 3) *o reconhecimento da/a valorização demonstrada por parte da comunidade relativamente à sua função de FA*. Distintamente, relataram sentir menores níveis de satisfação quanto ao *apoio recebido dos serviços da comunidade* e à *articulação com outros serviços relacionados com o AF*.

Tabela 5*Frequências de resposta aos itens de outros aspetos de satisfação*

	Nada Satisfeito/a	Pouco Satisfeito/a	Moderadamente Satisfeito/a	Muito Satisfeito/a	Extremamente Satisfeito/a	Não se aplica
Apoio recebido do/a seu/sua companheiro/a	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	5 (12.8%)	26 (66.7%)	8 (20.5%)
Apoio recebido da sua rede de apoio informal	0 (0%)	2 (5.1%)	3 (7.7%)	10 (25.6%)	24 (61.5%)	0 (0%)
Apoio recebido dos serviços da comunidade	4 (10.3%)	1 (2.6%)	6 (15.4%)	12 (30.8%)	15 (38.5%)	1 (2.6%)
Apoio económico recebido por ser FA	0 (0%)	2 (5.1%)	7 (17.9%)	14 (35.9%)	16 (41.0%)	0 (0%)
Articulação com outros serviços relacionados com o AF	3 (7.7%)	4 (10.3)	7 (17.9%)	8 (20.5%)	5 (12.8%)	12 (30.8%)
Reconhecimento da/ a valorização demonstrada por parte da comunidade relativamente à sua função de FA	0 (0%)	2 (5.1%)	3 (7.7%)	12 (30.8%)	22 (56.4%)	0 (0%)

Tabela 6*Medidas de tendência central e de dispersão dos itens de outros aspetos de satisfação*

	<i>n</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>
Apoio recebido do/a seu/sua companheiro/a	31	4.84	.37
Apoio recebido da sua rede de apoio informal	39	4.44	.85
Reconhecimento da valorização demonstrada por parte da comunidade relativamente à sua função de FA	39	4.38	.85
Apoio económico recebido por ser FA	39	4.13	.89
Apoio recebido dos serviços da comunidade	38	3.87	1.28
Articulação com outros serviços relacionados com o AF	27	3.30	1.27

Nota. O valor de *n* varia consoante os itens pois foram excluídas as respostas 6 = “Não se aplica” nas análises das medidas de tendência central e de dispersão, por forma a estas não inflacionarem os resultados.

Quanto à satisfação com aspetos específicos do acolhimento de uma criança em particular (Tabelas 7 e 8), verificam-se novamente níveis elevados de satisfação, sendo que a maioria dos participantes afirmaram sentir extrema satisfação para com a *relação que estabeleceram com a criança durante o acolhimento*.

Percebeu-se também que nos itens *relação que estabeleceu com a família adotiva da criança e relação que estabeleceu com a FO da criança*, a maioria dos participantes (*n* = 36 e 26, respetivamente) selecionaram a opção de resposta 6 = “Não se aplica”, o que nos indica que são raros os participantes cujas crianças que acolheram foram adotadas e poucos os que tiveram de estabelecer uma relação com a FO da criança. Igualmente, no item *relação que estabeleceu com a criança para além do término do AF*, 33 participantes selecionaram a opção de resposta 6 = “Não se aplica”, o que vai ao encontro dos resultados da *satisfação com o processo de acompanhamento*, que indicam que a maioria dos participantes ainda não experienciaram a fase de término do AF (Tabela 7).

Tabela 7*Frequências de resposta aos itens da satisfação com aspetos específicos do acolhimento de uma criança*

	Nada Satisfeito/a	Pouco Satisfeito/a	Moderadamente Satisfeito/a	Muito Satisfeito/a	Extremamente Satisfeito/a	Não se aplica
A informação recebida sobre a criança e sua história familiar, antes do acolhimento	2 (4.8%)	1 (2.4%)	10 (23.8%)	13 (31.0%)	14 (33.3%)	2 (4.8%)
A relação que estabeleceu com a criança durante o acolhimento	0 (0%)	0 (0%)	1 (2.4%)	4 (9.5%)	37 (88.1%)	0 (0%)
A relação que estabeleceu com a criança para além do término do AF	2 (4.8%)	0 (0%)	1 (2.4%)	1 (2.4%)	5 (11.9%)	33 (78.6%)
A relação que estabeleceu com a FO da criança	3 (7.1%)	1 (2.4%)	6 (14.3%)	4 (9.5%)	2 (4.8%)	26 (61.9%)
A relação que estabeleceu com a família adotiva da criança	0 (0%)	0 (0%)	3 (7.1%)	0 (0%)	3 (7.1%)	36 (85.7%)

Tabela 8

Medidas de tendência central e de dispersão dos itens da satisfação com aspetos específicos do acolhimento de uma criança

	<i>n</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>
A relação que estabeleceu com a criança durante o acolhimento	42	4.86	.42
A relação que estabeleceu com a família adotiva da criança	6	4.00	1.10
A informação recebida sobre a criança e sua história familiar, antes do acolhimento	40	3.90	1.08
A relação que estabeleceu com a criança para além do término do AF	9	3.78	1.72
A relação que estabeleceu com a FO da criança	16	3.06	1.29

Nota. O valor de *n* varia consoante os itens pois foram excluídas as respostas 6 = “Não se aplica” nas análises das medidas de tendência central e de dispersão, por forma a estas não inflacionarem os resultados.

Dificuldades

Através da análise das Tabelas 9 e 10, é possível afirmar que, de uma forma geral, os participantes relatam baixos níveis de dificuldades no que diz respeito ao acolhimento.

Os participantes reportaram sentir maiores dificuldades em 1) *articular com outros serviços para questões relacionadas com o AF*, em 2) *ter disponibilidade para levar as crianças aos encontros*, em 3) *preparar-se a si próprio/a para o fim do acolhimento/transição da criança*, em 4) *estabelecer uma relação de confiança e colaboração com a FO* e em 5) *gerir as emoções da criança antes e/ou após os encontros com a sua FO* (Tabela 10).

Por outro lado, os participantes expressaram ter poucas a nenhuma dificuldades ao nível do estabelecimento de uma relação afetiva/ligação emocional com a criança, em ajudar a criança a integrar-se no agregado familiar, em estabelecer uma relação de cooperação com a equipa técnica do AF e em ter disponibilidade para receber a equipa técnica em sua casa (Tabela 10).

Tabela 9*Frequências de resposta aos itens das dificuldades no acolhimento*

	Nenhumas Dificuldades	Poucas Dificuldades	Algumas Dificuldades	Muitas Dificuldades	Extremas Dificuldades	Não Aplicável
Estabelecer uma relação afetiva/ligação emocional com a criança	28 (66.7%)	11 (26.2%)	2 (4.8%)	1 (2.4%)	0 (0%)	0 (0%)
Gerir as emoções e comportamentos da criança	19 (45.2%)	9 (21.4%)	9 (21.4%)	5 (11.9%)	0 (0%)	0 (0%)
Gerir problemas de saúde e/ou desenvolvimento da criança	20 (47.6%)	6 (13.3%)	6 (13.3%)	2 (4.8%)	0 (0%)	8 (19.0%)
Compreender o desenvolvimento e/ou as necessidades da criança	21 (50.0%)	14 (33.3%)	6 (14.3%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (2.4%)
Comunicar com a criança sobre acontecimentos adversos	7 (16.7%)	7 (16.7%)	5 (11.9%)	1 (2.4%)	1 (2.4%)	21 (50.0%)
Integrar as referências e os hábitos culturais da criança	136 (38.1%)	3 (7.1%)	4 (9.5%)	1 (2.4%)	0 (0%)	18 (42.9%)
Ajustar as estratégias educativas face às necessidades da criança	24 (57.1%)	9 (21.4%)	5 (11.9%)	1 (2.4%)	0 (0%)	3 (7.1%)

Tabela 9 (cont.)*Frequências de resposta aos itens das dificuldades no acolhimento*

	Nenhumas Dificuldades	Poucas Dificuldades	Algumas Dificuldades	Muitas Dificuldades	Extremas Dificuldades	Não Aplicável
Estabelecer regras e rotinas ajustadas à criança	18 (42.9%)	15 (35.7%)	7 (16.7%)	1 (2.4%)	0 (0%)	1 (2.4%)
Comunicar com a criança sobre a sua FO	5 (11.9%)	7 (16.7%)	4 (9.5%)	3 (7.1%)	0 (0%)	23 (54.8%)
Estabelecer uma relação de confiança e colaboração com a FO	0 (0%)	10 (23.8%)	3 (7.1%)	0 (0%)	4 (9.5%)	25 (59.5%)
Ajudar a criança a manter uma relação com a sua FO	7 (16.7%)	6 (14.3%)	6 (14.3%)	2 (4.8%)	1 (2.4%)	20 (47.6%)
Gerir as emoções da criança antes e/ou após os encontros com a sua FO	0 (0%)	9 (21.4%)	8 (19.0%)	4 (9.5%)	1 (2.4%)	20 (47.6%)
Ter disponibilidade para levar as crianças aos encontros	2 (4.8%)	2 (4.8%)	9 (21.4%)	7 (16.7%)	1 (2.4%)	21 (50.0%)
Ter capacidade e/ou energia para gerir as exigências do dia-a-dia	10 (23.8%)	12 (28.6%)	15 (35.7%)	5 (11.9%)	0 (0%)	0 (0%)

Tabela 9 (cont.)*Frequências de resposta aos itens das dificuldades no acolhimento*

	Nenhumas Dificuldades	Poucas Dificuldades	Algumas Dificuldades	Muitas Dificuldades	Extremas Dificuldades	Não Aplicável
Adaptar e conciliar rotinas familiares e profissionais com os cuidados e necessidades da criança	11 (26.2%)	13 (31.0%)	14 (33.3%)	3 (7.1%)	1 (2.4%)	0 (0%)
Ajudar a criança a integrar-se no agregado familiar	28 (66.7%)	12 (28.6%)	2 (4.8%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
Gerir a relação entre a criança acolhida e outras crianças do agregado	22 (52.4%)	8 (19.0%)	4 (9.5%)	0 (0%)	1 (2.4%)	7 (16.7%)
Estabelecer uma relação de cooperação com a equipa técnica do AF	31 (73.8%)	8 (19.0%)	3 (7.1%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
Ter disponibilidade para receber a equipa técnica em sua casa	32 (76.2%)	8 (19.0%)	2 (4.8%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
Integrar a criança na comunidade envolvente	22 (52.4%)	8 (19.0%)	6 (14.3%)	2 (4.8%)	1 (2.4%)	3 (7.1%)
Articular com outros serviços para questões relacionadas com o AF	6 (14.4%)	6 (14.3%)	12 (28.6%)	6 (14.3%)	11 (26.2%)	1 (2.4%)

Tabela 9 (cont.)*Frequências de resposta aos itens das dificuldades no acolhimento*

	Nenhumas Dificuldades	Poucas Dificuldades	Algumas Dificuldades	Muitas Dificuldades	Extremas Dificuldades	Não Aplicável
Articular com outros serviços da Proteção de Crianças e Jovens	6 (14.3%)	8 (19.0%)	6 (14.3%)	2 (4.8%)	2 (4.8%)	18 (42.9%)
Compreender as responsabilidades de uma FA e diferenciá-las de outros intervenientes	27 (64.3%)	10 (23.9%)	3 (7.1%)	2 (4.8%)	0 (0%)	0 (0%)
Gerir a imprevisibilidade da duração do acolhimento	10 (23.8%)	14 (33.3%)	9 (21.4%)	4 (9.5%)	4 (9.5%)	1 (2.4%)
Gerir a imprevisibilidade de outras situações inerentes ao acolhimento de uma criança	5 (11.9%)	10 (23.8%)	14 (33.3%)	3 (7.1%)	5 (11.9%)	5 (11.9%)
Preparar a criança para o fim do acolhimento e a sua transição para um contexto de vida permanente	7 (16.7%)	3 (7.1%)	7 (16.7%)	2 (4.8%)	1 (2.4%)	22 (52.4%)
Preparar-se a si próprio/a para o fim do acolhimento/transição da criança	3 (7.1%)	6 (14.3%)	13 (31.0%)	4 (9.5%)	3 (7.1%)	13 (31.0%)
Preparar as crianças do agregado para o fim do acolhimento/transição da criança	2 (4.8%)	10 (23.8%)	8 (19.0%)	3 (7.1%)	3 (7.1%)	16 (38.1%)

Tabela 10*Medidas de tendência central e de dispersão dos itens das dificuldades no acolhimento*

	<i>n</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>
Articular com outros serviços para questões relacionadas com o AF	41	3.24	1.39
Ter disponibilidade para levar as crianças aos encontros	21	3.14	1.01
Preparar-se a si próprio/a para o fim do acolhimento/transição da criança	29	2.93	1.10
Estabelecer uma relação de confiança e colaboração com a FO	17	2.88	1.27
Gerir as emoções da criança antes e/ou após os encontros com a sua FO	22	2.86	.89
Preparar as crianças do agregado para o fim do acolhimento/transição da criança	26	2.81	1.13
Gerir a imprevisibilidade de outras situações inerentes ao acolhimento de uma criança	37	2.81	1.20
Gerir a imprevisibilidade da duração do acolhimento	41	2.46	1.25
Articular com outros serviços da Proteção de Crianças e Jovens	24	2.42	1.21
Ter capacidade e/ou energia para gerir as exigências do dia-a-dia	42	2.36	.98
Preparar a criança para o fim do acolhimento e a sua transição para um contexto de vida permanente	20	2.35	1.23
Adaptar e conciliar rotinas familiares e profissionais com os cuidados e necessidades da criança	42	2.29	1.02
Ajudar a criança a manter uma relação com a sua FO	22	2.27	1.16
Comunicar com a criança sobre a sua FO	19	2.26	1.05
Comunicar com a criança sobre acontecimentos adversos	21	2.14	1.11
Gerir as emoções e comportamentos da criança	42	2.00	1.08
Estabelecer regras e rotinas ajustadas à criança	41	1.78	.82

Nota. O valor de *n* varia consoante os itens pois foram excluídas as respostas 6 = “Não se aplica” nas análises das medidas de tendência central e de dispersão, por forma a estas não inflacionarem os resultados.

Tabela 10 (cont.)*Medidas de tendência central e de dispersão dos itens das dificuldades no acolhimento*

	<i>n</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>
Integrar a criança na comunidade envolvente	39	1.77	1.06
Gerir problemas de saúde e/ou desenvolvimento da criança	34	1.71	.97
Compreender o desenvolvimento e/ou as necessidades da criança	41	1.63	.73
Integrar as referências e os hábitos culturais da criança	24	1.58	.93
Gerir a relação entre a criança acolhida e outras crianças do agregado	35	1.57	.92
Ajustar as estratégias educativas face às necessidades da criança	39	1.56	.82
Compreender as responsabilidades de uma FA e diferenciá-las de outros intervenientes	42	1.52	.83
Estabelecer uma relação afetiva/ligação emocional com a criança	42	1.43	.70
Ajudar a criança a integrar-se no agregado familiar	42	1.38	.58
Estabelecer uma relação de cooperação com a equipa técnica do AF	42	1.33	.61
Ter disponibilidade para receber a equipa técnica em sua casa	42	1.29	.55

Nota. O valor de *n* varia consoante os itens pois foram excluídas as respostas 6 = “Não se aplica” nas análises das medidas de tendência central e de dispersão, por forma a estas não inflacionarem os resultados.

Semelhantemente aos resultados obtidos na análise descritiva da satisfação, os resultados relativos às dificuldades, expostos na Tabela 10, confirmam que a maioria dos participantes ainda não experienciaram a fase de término/transição do AF, tendo respondido “Não aplicável” às dificuldades em *preparar a criança para o fim do acolhimento e a sua transição para um contexto de vida permanente* (52.4%). Também foi obtido um elevado número de participantes para os quais o *estabelecimento de uma relação de confiança com a FO* não se aplica (59.5%).

Quando questionados sobre a existência de outras áreas em que sentiram maiores dificuldades durante o acolhimento, 9 (21.4%) participantes afirmaram que sim, sendo que as suas respostas podem subdividir-se em subcategorias relacionadas com dificuldades envolvendo 1) os *profissionais de acolhimento familiar* ($n = 3$) (e.g., “Sentir falta de comunicação, informação e alinhamento com equipa que acompanha a família de origem.”, “As entidades não têm uma visão do problema como um todo e tratam-nos por secções perdendo-se o foco que deveria ser o bem-estar da criança.”); 2) o *projeto de vida da criança* ($n = 3$) (e.g., “A falta de definição de projeto que seja aplicável à criança/família biológica da criança acolhida.”); 3) a *família/criança* ($n = 2$) (e.g., “Comecei a sentir maiores dificuldades durante o acolhimento ao aperceber-me do quanto resultou perturbador para o desenvolvimento da criança o facto de ter permanecido institucionalizada durante os primeiros 4 anos”, “questões culturais [entre a FA e a criança acolhida]”); e 4) *questões burocráticas* ($n = 2$) (e.g., “Falta de apoio e de pessoas dedicadas/com competência para tratar de questões burocráticas.”, “Até hoje, não tenho nenhum documento da criança.”).

Segundo os participantes, as dificuldades mais intensas (Tabela 11) surgem 1) *durante o primeiro mês de integração da criança/o início do acolhimento*, 2) *entre 1 a 3 meses após a integração da criança/o início do acolhimento* e 3) *após os primeiros encontros entre a criança e a sua FO*.

Tabela 11

Frequências de resposta aos itens do momento em que começaram a surgir as dificuldades mais intensas

	Não	Sim
Durante o primeiro mês de integração da criança/o início do acolhimento	32 (80%)	8 (20%)
Entre 1 a 3 meses após a integração da criança/o início do acolhimento	32 (80%)	8 (20%)
Entre 4 a 6 meses após a integração da criança/o início do acolhimento	38 (95%)	2 (5%)
Após 6 meses da integração da criança/do início do acolhimento	38 (95%)	2 (5%)

Tabela 11 (cont.)

Frequências de resposta aos itens do momento em que começaram a surgir as dificuldades mais intensas

	Não	Sim
Após os primeiros encontros entre a criança e a sua família de origem	32 (80%)	8 (20%)
Após os primeiros encontros entre a família de acolhimento e a família de origem da criança	40 (100%)	0 (0%)
Durante a preparação para a transição da criança/término do acolhimento	36 (85.7%)	6 (14.3%)
Após a transição da criança/término do acolhimento	36 (87.8%)	5 (12.2%)
Em geral, não senti nem tenho sentido grandes dificuldades	27 (62.8%)	16 (37.2%)

Alfim, quando questionados se o acolhimento da criança foi mais fácil ou difícil do que esperavam, 18 (42.9%) participantes referiram “Tal e qual como esperado”. Por sua vez, 16 (38.1%) dos participantes referiram “Mais difícil”, referindo que aquilo que dificulta o processo se prende com 1) *características da criança* ($n = 6$) (e.g., “Porque esperávamos uma criança um pouco mais velha.”, “Porque estando a entrar na adolescência há muitos desafios diariamente.”, “Porque aconteceram bastantes imprevistos, tanto de saúde como de progresso do percurso de vida da criança.”); 2) questões relacionadas com *a família de acolhimento* ($n = 5$) (e.g., “Porque há uma grande diferença entre o que imaginamos e o que é a realidade.”, “Quando a parte emocional interfere, tudo fica mais difícil. Não é possível acolher uma criança sem deixar fluir os sentimentos, por isso cada dia é um desafio.”, “O impacto no desempenho profissional tem sido difícil de acomodar, uma vez que trabalho em casa e a criança tem passado muito tempo de baixa em casa, também.”); 3) aspetos relacionados com os *serviços e/ou burocracia* ($n = 5$) (e.g., “A parte burocrática é também muito difícil de ultrapassar, principalmente devido ao desconhecimento da medida por parte de alguns serviços.”, “Tudo que se relacione com os serviços (documentação da criança, assuntos a tratar com a Segurança Social) tem sido um pesadelo.”); e 4) questões relacionadas com *a família de origem* ($n = 2$) (e.g., “Sentir que estou a tomar conta “dos filhos dos outros” e a necessidade de ter isso em mente para respeitar decisões da família biológica, mesmo quando não concordo com elas.”).

Contrastando com o supramencionado, oito participantes (19.0%) referiram “Mais fácil” quando questionados se o acolhimento da criança foi mais fácil ou difícil do que esperavam, explicitando que tal se deve 1) às *características da criança* ($n = 2$) (e.g., “Talvez por ter vindo em bebê, direto da maternidade.”, “É uma criança fácil e muito competente.”); 2) à *integração da criança na FA* ($n = 2$) (e.g., “Por vezes nem me dei conta de que é uma situação de acolhimento, entrou na rotina da família”, “Porque a integração correu muito bem. Os nossos filhos colaboraram muito e tornaram o processo mais fácil.”); 3) à *equipa técnica* ($n = 1$) (e.g., “O acompanhamento por parte das equipas e apoio foi fantástico.”); 4) às *características da FA* ($n = 1$) (e.g., “Pensei que iria ter mais dificuldades de vinculação e essas foram inexistentes”); e, finalmente, 5) à *ausência de situações graves* ($n = 1$) (e.g., “Estava à espera de algumas dificuldades, que foram aparecendo. No entanto, não me vi obrigada a ter de lidar com nenhuma situação de maior gravidade.”).

Intenção de continuar a acolher

Quando questionados sobre a sua disponibilidade para futuros acolhimentos, dois (5.1%) participantes afirmaram não estar disponíveis, 14 (35.9%) afirmaram estar disponíveis e 23 (59%) afirmaram “talvez”.

Por sua vez, quando questionados se recomendariam ser FA a outras pessoas, quatro participantes (10.3%) afirmaram que não recomendariam ser FA a outras pessoas, explicando que a “experiência não tem sido benéfica para ambas as partes”, “grande impacto na estrutura familiar”, “pouco tempo disponível para restantes filhos”, “dor dolorosa na transição” e também “porque tem de ser um ato voluntário, tem de ser feito pelo coração e isso não é de todo recomendável”. Em contrapartida, 35 (89.7%) participantes afirmaram que *sim*, recomendariam ser FA, baseando a sua escolha em diferentes argumentos: (1) *Ganhos pessoais* ($n = 13$) (e.g., “ter sido a experiência da minha vida mais gratificante”, “é uma incrível aprendizagem de vida”); (2) *Fazer a diferença na vida de uma criança* ($n = 12$) (e.g., “é uma experiência que acredito ter um efeito transformador na vida de uma criança”, “pela diferença para melhor que fazemos na sua vida [da criança]”); (3) *Proporcionar uma experiência familiar positiva* ($n = 10$) (e.g., “nada se compara à vida em família e todas as crianças têm direito a ela”, “por lhe proporcionar neste momento da sua vida uma vivência familiar num ambiente seguro e estável”); (4) *Solidariedade e responsabilidade social* ($n = 3$) (e.g., “ter disponibilidade para ser família de acolhimento é um serviço social cuja importância, na minha opinião, terá um

impacto positivo muito grande no futuro da sociedade em geral”, “é muito importante contribuirmos para o bem-estar, felicidade e desenvolvimento destas crianças”).

Por fim, 37 (88.1%) dos participantes afirmaram nunca ter solicitado ou considerado a interrupção do acolhimento, e os restantes cinco (11.9%) afirmaram não ter solicitado a interrupção, mas terem considerado essa hipótese algumas vezes.

Relação entre Satisfação e Dificuldades sentidas no acolhimento

Foram testadas as associações entre a satisfação e as dificuldades sentidas no acolhimento (Tabela 12), tendo sido possível identificar correlações significativas entre alguns dos itens em estudo. Assim, a satisfação com o *apoio recebido na fase de preparação para o término do(s) acolhimento(s)/transição da(s) criança(s)* apresentou uma correlação negativa forte com as dificuldades em *gerir as emoções da criança antes e/ou após os encontros com a sua FO* ($r = -.92, p < .01$). Similarmente, as dificuldades em *estabelecer uma relação de cooperação com a equipa técnica do AF* correlacionaram-se de modo negativo e forte com a satisfação com o 1) *apoio recebido para questões relacionadas com os cuidados à(s) criança* ($r = -.73, p < 0.01$) e com o 2) *apoio recebido em caso de necessidade imediata* ($r = -.68, p < .01$). Por fim, as dificuldades em *preparar a criança para o fim do acolhimento e a sua transição para um contexto de vida permanente* correlacionaram-se negativa e fortemente com quatro itens da satisfação: 1) *apoio recebido na gestão dos contactos entre a(s) criança(s) e a sua FO durante o acolhimento* ($r = -.81, p < .01$); 2) *apoio recebido em ajudá-lo/a a estabelecer uma relação de colaboração com a FO da(s) criança(s)* ($r = -.76, p < .01$); 3) *reconhecimento da/a valorização demonstrada por parte do serviço do AF* ($r = -.52, p < .05$); e 4) *regularidade dos contactos com a equipa técnica do AF* ($r = -.51, p < .05$).

Destacar também que o item *dificuldade em estabelecer uma relação de cooperação com a equipa técnica do AF* apresenta o maior número de correlações, sempre negativas, com um total de nove itens de satisfação com o acompanhamento (e.g., apoio recebido na integração/início do(s) acolhimento(s); regularidade dos contactos com a equipa técnica do AF; relação que estabeleceu com a equipa técnica do AF).

Tabela 12*Associações entre satisfação com o processo de acompanhamento e dificuldades no acolhimento*

Variáveis	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	S10	S11
	Integração	Cuidados C	Relação C-FO	Apoio FA-FO	Término	Pós-término	Apoio urgente	Contactos ET	Relação ET	Envolvimento	Reconhecimento
D1 Relação C	.05	-.00	.18	.18	-.03	-.12	-.17	.02	.09	.12	.12
D2 C - emoções/ comportamentos	.02	-.39*	-.10	-.21	.02	.20	-.27	-.25	-.19	-.12	-.01
D3 C - saúde/ desenvolvimento	-.03	-.41	-.44*	-.26	-.69*	-.32	-.20	-.44*	-.16	.03	.10
D4 Necessidades C	.06	-.15	.28	.38	.32	.06	.11	.02	.00	.24	.27
D5 Comunicação C	-.05	-.18	-.15	.05	.05	-.15	-.04	.04	-.06	-.19	-.11
D6 Hábitos C	.21	.14	.35	.37	-.05	.10	.27	.20	.13	.27	.37
D7 Estratégias educação	.06	-.24	.15	.15	.13	-.40	-.05	-.08	-.14	.08	.20
D8 Regras/rotinas C	.03	-.20	-.01	-.21	.14	-.17	-.12	-.16	-.10	-.03	-.02
D9 Comunicação C sobre FO	.40	.14	-.03	.21	.00	.21	.18	.39	.23	.05	.26

Tabela 12 (cont.)*Associações entre satisfação com o processo de acompanhamento e dificuldades no acolhimento*

Variáveis	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	S10	S11
	Integração	Cuidados C	Relação C-FO	Apoio FA-FO	Término	Pós-término	Apoio urgente	Contactos ET	Relação ET	Envolvimento	Reconhecimento
D10 Relação FA-FO	-.11	-.36	-.47	-.45	-.79	-.33	-.72**	-.42	-.42	-.55*	-.42
D11 Relação C-FO	.50*	.19	-.43	-.40	-.22	.00	.23	.31	.43*	.04	.04
D12 Gerir emoções C pós-encontro FO	.04	-.27	-.52*	-.54*	-.92**	-.65	-.14	-.13	-.14	-.37	-.18
D13 Disponibilidade encontros	.14	-.07	-.28	-.33	-.65	-.91*	.12	-.03	.05	.13	.15
D14 Exigências dia- a-dia	-.17	-.24	-.32	-.42	-.21	-.26	-.25	-.36*	-.34*	-.05	-.11
D15 Adaptar rotinas	-.10	-.16	-.13	-.30	-.10	-.26	-.18	-.25	-.14	.01	-.00
D16 Integração C-FA	.21	-.08	.47*	.40	.23	-.11	.09	.26	.09	.16	.28
D17 Relação C-C agregado	.52**	.04	.29	.23	.15	.09	.40	.15	.33	.42*	.33
D18 Relação FA-ET	-.38*	-.73**	-.40*	-.51*	-.14	-.12	-.68**	-.40*	-.62**	-.53**	-.37*

Tabela 12 (cont.)*Associações entre satisfação com o processo de acompanhamento e dificuldades no acolhimento*

Variáveis	S1 Integração	S2 Cuidados C	S3 Relação C- FO	S4 Apoio FA-FO	S5 Término	S6 Pós-término	S7 Apoio urgente	S8 Contactos ET	S9 Relação ET	S10 Envolvimento	S11 Reconhecimento
D19 Receber ET	-.22	-.30	-.12	-.39	-.24	-.22	-.27	-.08	-.31	-.44**	-.29
D20 Integração C- Comunidade	.13	.26	.37	.51*	-.10	-.18	.35	.12	.05	.25	.39*
D21 Outros serviços	-.23	-.48**	-.58**	-.34	-.39	-.34	-.36	-.25	-.33*	-.32	-.28
D22 Serviços Proteção	-.13	-.21	-.62**	-.44	-.20	.00	-.49*	-.15	-.20	-.40	-.22
D23 Responsabilidades FA	-.08	-.38*	.13	-.10	-.16	-.29	-.33	-.17	-.30	-.26	-.09
D24 Duração imprevisível AF	.03	-.37	-.60**	-.49*	-.36	-.57	-.12	-.15	-.17	-.30	-.23
D25 Imprevistos AF	-.07	-.42*	-.51*	-.49*	-.27	-.51	-.25	-.28	-.27	-.11	-.28
D26 Fim AF - C	-.26	-.51	-.81**	-.76**	-.29	-.44	-.47	-.51*	-.43	-.48	-.52*
D27 Fim AF - FA	-.02	-.32	-.38	-.34	-.39	-.63	-.11	-.22	-.10	-.08	-.11

Tabela 12 (cont.)*Associações entre satisfação com o processo de acompanhamento e dificuldades no acolhimento*

Variáveis	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	S10	S11
	Integração	Cuidados C	Relação C-FO	Apoio FA-FO	Término	Pós-término	Apoio urgente	Contactos ET	Relação ET	Envolvimento	Reconhecimento
D28											
Fim AF – C agregado	-.05	-.43	-.45	-.43	-.56	-.59	-.12	-.30	-.08	.05	-.10

Nota. Satisfação com o processo de acompanhamento: S1 = Apoio recebido na integração/início do(s) acolhimento(s); S2 = Apoio recebido para questões relacionadas com os cuidados à(s) criança(s); S3 = Apoio recebido na gestão dos contactos entre a(s) criança(s) e a sua FO durante o acolhimento; S4 = Apoio recebido em ajudá-lo/a a estabelecer uma relação de colaboração com a FO da(s) criança(s); S5 = Apoio recebido na fase de preparação para o término do(s) acolhimento(s)/transição da(s) criança(s); S6 = Apoio recebido após o término do(s) acolhimento(s)/transição da(s) criança(s); S7 = Apoio recebido em caso de necessidade imediata; S8 = Regularidade dos contactos com a equipa técnica do AF; S9 = Relação que estabeleceu com a equipa técnica do AF; S10 = Grau em que é envolvido/a e a opinião é valorizada nas decisões sobre a(s) criança(s); S11 = Reconhecimento da/a valorização demonstrada por parte do serviço do AF. Dificuldades no Acolhimento: D1 = Estabelecer uma relação afetiva/ligação emocional com a criança; D2 = Gerir as emoções e comportamentos da criança; D3 = Gerir problemas de saúde e/ou desenvolvimento da criança; D4 = Compreender o desenvolvimento e/ou as necessidades da criança; D5 = Comunicar com a criança sobre acontecimentos adversos; D6 = Integrar as referências e os hábitos culturais da criança; D7 = Ajustar as estratégias educativas face às necessidades da criança; D8 = Estabelecer regras e rotinas ajustadas à criança; D9 = Comunicar com a criança sobre a sua FO; D10 = Estabelecer uma relação de confiança e colaboração com a FO; D11 = Ajudar a criança a manter uma relação com a sua FO; D12 = Gerir as emoções da criança antes e/ou após os encontros com a sua FO; D13 = Ter disponibilidade para levar as crianças aos encontros; D14 = Ter capacidade e/ou energia para gerir as exigências do dia-a-dia; D15 = Adaptar e conciliar rotinas familiares e profissionais com os cuidados e necessidades da criança; D16 = Ajudar a criança a integrar-se no agregado familiar; D17 = Gerir a relação entre a criança acolhida e outras crianças do agregado; D18 = Estabelecer uma relação de cooperação com a equipa técnica do AF; D19 = Ter disponibilidade para receber a equipa técnica em sua casa; D20 = Integrar a criança na comunidade envolvente; D21 = Articular com outros serviços para questões relacionadas com o AF; D22 = Articular com outros serviços da Proteção de Crianças e Jovens; D23 = Compreender as responsabilidades de uma FA e diferenciá-las de outros intervenientes; D24 = Gerir a imprevisibilidade da duração do acolhimento; D25 = Gerir a imprevisibilidade de outras situações inerentes ao acolhimento de uma criança; D26 = Preparar a criança para o fim do acolhimento e a sua transição para um contexto de vida permanente; D27 = Preparar-se a si próprio/a para o fim do acolhimento/transição da criança; D28 = Preparar as crianças do agregado para o fim do acolhimento/transição da criança.

* $p < 0.05$ ** $p < 0.01$

Relação entre Satisfação e Intenção de continuar a acolher

Os dados expostos na Tabela 13 permitem concluir que os participantes com intenção de continuar a acolher apresentam maior satisfação em relação a todos os itens presentes. Porém, a diferença das médias entre os dois grupos só é estatisticamente significativa no último item ($p < .05$), “*Reconhecimento da/a valorização demonstrada por parte do serviço do AF*”, concluindo-se, deste modo, que os participantes com intenção de continuar a acolher relatam uma satisfação com o reconhecimento e valorização demonstrados por parte do serviço do AF significativamente superior à dos participantes que *talvez* pretendam continuar a acolher.

Ainda, denota-se a existência de quatro itens com diferenças marginalmente significativas: 1) Relação que estabeleceu com a equipa técnica do AF; 2) Apoio recebido em ajudá-lo/a a estabelecer uma relação de colaboração com a FO da(s) criança(s); 3) Regularidade dos contactos com a equipa técnica do AF; e 4) Apoio recebido para questões relacionadas com os cuidados à(s) criança(s).

Tabela 13*Diferenças na satisfação com o processo de acompanhamento e intenção de continuar a acolher*

Satisfação no Acompanhamento	Disponibilidade para futuros acolhimentos	<i>n</i>	<i>M (DP)</i>	<i>t</i>	<i>df</i>	<i>Sig</i>
Apoio recebido para questões relacionadas com os cuidados à(s) criança(s).	Sim	12	4.58 (.67)	1.53	29	.068
	Talvez	19	4.11 (.94)			
Apoio recebido em ajudá-lo/a a estabelecer uma relação de colaboração com a FO da(s) criança(s).	Sim	6	4.67 (.52)	1.64	19	.058
	Talvez	15	4.00 (.93)			
Regularidade dos contactos com a equipa técnica do AF.	Sim	14	4.71 (.47)	1.574	35	.062
	Talvez	23	4.26 (1.01)			
Relação que estabeleceu com a equipa técnica do AF.	Sim	14	4.86 (.36)	1.682	35	.051
	Talvez	23	4.48 (.79)			
Reconhecimento da/a valorização demonstrada por parte do serviço do AF.	Sim	14	4.93 (.27)	1.731	35	.046
	Talvez	23	4.61 (.67)			

Nota. Na tabela estão presentes apenas os resultados significativos.

 $p < .05$

Relação entre Dificuldades sentidas e Intenção de continuar a acolher

Para testar as diferenças entre as dificuldades sentidas no acolhimento e a intenção de continuar a acolher recorreu-se ao teste *t* para amostras independentes, sendo que foram apenas consideradas as categorias de resposta “Sim” e “Talvez” relativas à disponibilidade para futuros acolhimentos, tendo sido excluída a categoria “Não”, pelo facto de a mesma apenas ter sido seleccionada por dois participantes, concluindo-se como não relevante para o teste.

No que concerne aos dados expostos na Tabela 14, é possível perceber que existem diferenças significativas entre o grupo de participantes que respondeu “Sim” e o grupo de participantes que respondeu “Talvez” quanto à disponibilidade para futuros acolhimentos ao nível de cinco diferentes itens, destacando-se as 1) *dificuldades em gerir as emoções e comportamentos da criança*, as 2) *dificuldades em preparar a criança para o fim do acolhimento* e as 3) *dificuldades em preparar-se a si próprio/a e às crianças do agregado para o fim do acolhimento/transição da criança*, sendo que o grupo que respondeu “Talvez” relata sentir mais dificuldades nestes aspetos.

Por sua vez, relativamente às dificuldades em estabelecer uma relação de confiança e colaboração com a FO, o grupo de participantes que respondeu “Sim” apresenta maiores dificuldades.

Tabela 14*Diferenças nas dificuldades no acolhimento e intenção de continuar a acolher*

Dificuldades no Acolhimento Familiar	Disponibilidade		<i>n</i>	<i>M (DP)</i>	<i>t</i>	<i>df</i>	<i>Sig</i>
	para futuros acolhimentos						
Gerir as emoções e comportamentos da criança.	Sim		14	1.57 (.76)	-2.982	32	.003
	Talvez		20	2.55 (1.05)			
Estabelecer uma relação de confiança e colaboração com a Família de Origem.	Sim		5	3.60 (1.34)	2.161	14	.024
	Talvez		11	2.36 (.92)			
Preparar a criança para o fim do acolhimento e a sua transição para um contexto de vida permanente.	Sim		7	1.86 (1.07)	-1.914	13	.039
	Talvez		8	2.88 (.99)			
Preparar-se a si próprio/a para o fim do acolhimento/transição da criança.	Sim		9	2.44 (1.13)	-1.901	22	.035
	Talvez		15	3.27 (.96)			
Preparar as crianças do agregado para o fim do acolhimento/transição da criança.	Sim		8	2.13 (.99)	-2.449	19	.012
	Talvez		13	3.23 (1.01)			

Nota. Na tabela estão presentes apenas os resultados significativos.

$p < .05$

5. DISCUSSÃO

O presente estudo teve como objetivos caracterizar as FA portuguesas na sua experiência de acolhimento, designadamente na satisfação, dificuldades e intenção de continuar a acolher, assim como explorar as relações existentes entre as variáveis mencionadas. Este trabalho parte do reconhecimento da importância de conhecer as perspetivas das FA, considerando-se a utilidade que o seu feedback pode trazer para a melhoria dos processos de AF, para além de potenciar um sentimento de valorização e reconhecimento da atividade desempenhada pelas FA (Baker, 2007; Delgado et al., 2015).

A análise dos dados permitiu verificar que os participantes apresentam uma idade média de 47 anos e que a maioria é detentora de um grau de habilitações literárias superior e se encontra empregada, casada/união de facto, tem filhos e/ou enteados e não indica experiências prévias de acolhimento de crianças e jovens, sendo tal justificável pelo facto de os participantes integrarem um projeto recente na região metropolitana de Lisboa. Estes dados podem ser contrapostos com os obtidos num estudo de López e colaboradores (2014) que considerou 52% de todas famílias de acolhimento portuguesas na sua amostra (realçando-se, contudo, que todas as consideradas pertenciam ao distrito do Porto), e no qual se concluiu que a maioria destas famílias detinha um grau de habilitações literárias primário e tinha igualmente filhos e/ou enteados, que 44% apresentavam experiências prévias de acolhimento e cuja média de idades se encontrava entre 54 anos para as mulheres e 56 anos para os homens. Deste modo, analisando de forma comparativa, os participantes deste estudo têm uma média de idades inferior, um perfil de maiores habilitações literárias e menor experiência prévia de acolhimento, o que poderá ser justificado quer pela diferença entre regiões do país, pelo distanciamento temporal entre ambos os estudos, bem como pelos participantes do presente estudo integrarem um projeto recente de acolhimento familiar. Por sua vez, comparativamente a outros países, encontraram-se similaridades ao nível da média de idades dos participantes (Holen et al., 2015; López et al., 2014; Murray et al., 2011; Octoman & McLean, 2014), no facto de estes terem filhos e/ou enteados (Holen et al., 2015; López et al., 2014), serem casados/viverem em união de facto (López et al., 2014) e terem uma educação média e/ou superior (Holen et al., 2015; López et al., 2014). Por fim, conclui-se também que a maioria das famílias de acolhimento de estudos internacionais são detentoras de experiência prévia (Holen et al., 2015; Murray et al., 2011), o que não vai ao encontro

dos nossos resultados mas pode, porém, ser novamente justificado pelo carácter recente do projeto e de este integrar novas famílias de acolhimento.

Num primeiro momento, concluiu-se que os participantes deste estudo apresentam níveis elevados de satisfação com o acompanhamento recebido durante o processo de acolhimento e com outros aspetos do mesmo (e.g., apoio dos companheiros e/ou da rede de apoio informal, valorização por parte da comunidade, relação estabelecida com a criança acolhida). Segundo a literatura, sabe-se os profissionais de acolhimento familiar, o suporte por estes prestado (Denby et al., 1999; Randle et al., 2017) e as relações entre a FA e criança acolhida (Whenan et al., 2009) são fatores comumente abordados e considerados preditores de satisfação. Num estudo com FA canadianas, quando questionadas sobre o que necessitam para um acolhimento bem-sucedido, estas mencionaram, entre outros fatores, a existência de uma relação positiva com os profissionais de AF e a valorização demonstrada por estes (Brown, 2008). Assim, conclui-se que as FA integradas na amostra do presente estudo apresentam níveis de satisfação compatíveis com um acolhimento bem-sucedido.

A análise das dificuldades evidencia que as FA expressam níveis de dificuldade relativamente baixos com o AF. Os aspetos menos geradores de dificuldades identificados pelas FA foram 1) estabelecer uma relação de cooperação com a equipa técnica do AF e 2) ter disponibilidade para receber a equipa técnica em sua casa. Contudo, denota-se que estes resultados são contrastantes com a literatura, que indica que uma das dificuldades mais expressas pelas FA se relaciona com a relação estabelecida e suporte recebido por parte dos profissionais de acolhimento familiar (Triseliotis et al., 1998; MacGregor et al., 2006; Chipungu & Bent-Goodley, 2004). Assim, pode hipotetizar-se que tais resultados se devem à qualidade do acompanhamento e apoio prestado pelos profissionais de AF do projeto de acolhimento familiar, realçando-se a intencionalidade e orientação do mesmo para a qualidade da prestação dos seus serviços/suporte.

Apesar de pouco expressivas, grande parte das maiores dificuldades identificadas pelas FA prendem-se com as FO (e.g., ter disponibilidade para levar as crianças aos encontros com as FO, estabelecer uma relação de confiança e colaboração com a FO, gerir as emoções da crianças antes e/ou após os encontros com a FO). Estes resultados vão ao encontro dos encontrados na literatura internacional (e.g., Humphreys & Kiraly, 2011; Martínez et al., 2016; Murray et al., 2011), assim como aos de um recente estudo português, cujo objetivo era refletir sobre os contactos entre FA e FO e os obstáculos para

sua a realização (Carvalho et al., 2019). O autor concluiu que entre as dificuldades enunciadas se destacam a logística do contacto entre as FA e as FO (deslocações, meios de transporte, despesas) e o relacionamento entre ambas (Carvalho et al., 2019). Por sua vez, estes resultados também se assemelham como pertinentes para justificar o facto de, quando questionados sobre um dos momentos em que as dificuldades são mais intensas, as FA referirem os primeiros encontros da criança com a sua FO. Posto isto, e lembrando que a medida de acolhimento familiar prevê que a criança acolhida deve, quando possível, vir a ser reintegrada na sua família de origem, realça-se a importância de se colmatarem estas dificuldades, de modo a facilitar o estabelecimento e manutenção das relações entre FA e FO (Martínez et al., 2016).

Atendendo aos momentos de dificuldades mais intensos, as FA relatam que estes também se fazem sentir durante os primeiros três meses do acolhimento, o que poderá ser explicado pelo facto de nestes estarem implicados os momentos iniciais do acolhimento da criança, como a chegada da mesma à FA, havendo necessidade de uma série de adaptações a nível emocional, de responsabilidades, rotinas, entre outros. De acordo com a investigação de Berrick e Skivenes (2012), um acolhimento familiar de qualidade deve incorporar uma experiência positiva da integração numa nova família (de acolhimento). Os autores puderam concluir que esta dimensão deverá incorporar respostas afetivas (e.g., tratar a criança acolhida e os filhos biológicos do mesmo modo) e comportamentais (e.g., pôr em prática atividades/estratégias que facilitem a transição). Por sua vez, Dozier (2005) esclarece que uma boa adaptação ao novo papel de FA e um simultâneo estado de bem-estar dependem da relação de cooperação e confiança que as FA estabelecem com os profissionais do AF, pelo que se sugere que o apoio prestado durante a fase inicial dos acolhimentos se caracterize por uma maior proximidade e disponibilidade por parte destes profissionais, dada a importância deste período de transição inicial.

Um outro tema de dificuldade que surge, em primeira instância da análise qualitativa à questão “Outras dificuldades”, diz respeito a “questões burocráticas” (e.g., “Falta de apoio e de pessoas dedicadas/com competência para tratar de questões burocráticas.”, “Até hoje, não tenho nenhum documento da criança.”). Na mesma linha, 16 participantes afirmaram o acolhimento como “Mais difícil” do que esperavam, referindo como um dos fatores dificultadores os aspetos relacionados com os *serviços e/ou burocracia*. Posto isto, conclui-se que o projeto MIAF, enquanto *modelo integrado*, poderá trabalhar no sentido da melhoria não só dos serviços internos, como também dos

serviços externos, tentando proporcionar às FA uma experiência mais acessível e fluída na articulação com outros serviços e no que às questões burocráticas diz respeito.

Relativamente à análise da intenção para continuar a acolher, verificou-se que apenas dois dos 39 participantes não tem disponibilidade para tal, enquanto 14 tem clara disponibilidade e 23 *talvez* tenham disponibilidade. Os resultados podem ser compreendidos à luz dos baixos níveis de dificuldades e elevados níveis de satisfação obtidos, cumprindo-se ainda mencionar que o elevado número de participantes a responder “talvez” pode dever-se ao facto de estes ainda não terem terminado o seu primeiro acolhimento e, por isso, não terem conhecimento sobre a totalidade do processo de acolhimento que os possibilite a fazer uma avaliação completa da experiência. Posto isto, apesar de cerca de 35% das respostas serem favoráveis, remetendo para a qualidade do modelo e para a sua capacidade em reter as famílias de acolhimento, destaca-se que a maioria dos participantes não demonstra ainda certeza quando à intenção de continuar a acolher, pelo que se afigura necessário reafirmar a importância da constante melhoria dos processos, de modo a resolver as lacunas que vão persistindo.

Partindo da disponibilidade dos próprios para a recomendação a outrem, 35 participantes afirmam que recomendariam ser FA, justificando a sua escolha com aspetos como: 1) ganhos pessoais; 2) fazer a diferença na vida de uma criança; 3) proporcionar uma experiência familiar positiva; e 4) solidariedade e responsabilidade social. Estes resultados estão alinhados com os de um estudo de Negrão e colaboradoras (2019), sobre os conhecimentos e perceções públicas da população portuguesa acerca do AF na população portuguesa, no qual são mencionados como motivações para o AF os seguintes fatores: “para dar à criança uma experiência familiar positiva”, “fazer a diferença na vida de uma criança”, “porque há muitas crianças a precisarem de ajuda”, “porque acrescenta significado à vida”, entre outros.

Da análise das associações entre satisfação e dificuldades sentidas no acolhimento destaca-se a presença de diversas correlações negativas fortes, o que denota que níveis mais elevados de satisfação estão associados a menores dificuldades, e vice-versa. Neste sentido, realça-se que as dificuldades em estabelecer uma relação de cooperação com a equipa técnica do AF apresentaram várias correlações negativas com diferentes aspetos de satisfação com o acompanhamento, resultado que vai ao encontro da literatura internacional, provando a importância da relação estabelecida entre FA e profissionais de

AF para o sucesso dos processos de acolhimento e satisfação das FA para com o mesmo (e.g., Randle et al., 2017).

Quando analisadas a satisfação com a intenção de continuar a acolher, pôde verificar-se que os participantes que pretendem continuar a acolher apresentam níveis mais elevados de satisfação para com todos os aspetos analisados. Entre esses, destaca-se a relação estabelecida entre as FA e os profissionais de AF, o reconhecimento e valorização que estes demonstram e a regularidade dos contactos com os mesmos, assim como o apoio que prestam às FA para estabelecerem uma relação de colaboração com a FO da(s) criança(s), como os aspetos mais impactantes positivamente na intenção de continuar a acolher. Posto isto, conclui-se que quanto mais elevada a satisfação com o suporte prestado por estes profissionais, maior probabilidade de retenção existirá, estando estes resultados em linha com a revisão de literatura (e.g., Geiger et al., 2013; Rodger et al., 2006).

Atendendo ao último objetivo, quando analisadas as dificuldades com a intenção de continuar a acolher, verificou-se que os participantes que “Talvez” tenham disponibilidade para continuar a acolher apresentam dificuldades significativamente superiores do que aqueles que pretendem continuar a acolher, ao nível da gestão de emoções e comportamentos da criança, das dificuldades em preparar a criança para o fim do acolhimento, e das dificuldades em preparar-se a si próprio/a e às crianças do agregado para o fim do acolhimento/transição da criança. Assim, é possível concluir que as dificuldades para com os aspetos supramencionados impactam mais negativamente a intenção de continuar a acolher, o que segue a linha de conclusão de Diogo e Branco (2020), cuja investigação permitiu identificar o processo de separação como um dos fatores que influenciam a vontade de continuar a acolher das FA, quando considerados o apoio e a preparação prévia que receberam para o findar do processo.

Por fim, denota-se que os participantes que pretendem continuar a acolher apresentaram mais dificuldades em estabelecer uma relação de confiança e colaboração com a FO, sendo este um resultado inesperado quando considerada a revisão de literatura realizada (e.g., Carvalho et al., 2019; Murray et al., 2011). Apesar de contraditório, sugere-se que este resultado possa dever-se às características de personalidade das FA (Saarnik, 2021), no sentido em que, apesar de terem experienciado dificuldades, estas FA foram capazes de utilizar os recursos disponíveis, como recorrer aos profissionais de AF para obterem a ajuda que necessitavam. Ainda, Delgado e colaboradores (2015)

concluíram, numa investigação comparativa entre FA de ambos os países ibéricos, que as FA portuguesas apresentam ter um nível mais elevado de satisfação com os resultados do acolhimento, por muito que manifestem, simultaneamente, mais críticas com o processo de acolhimento. Deste modo, sugere-se também que, apesar das dificuldades em estabelecer uma relação de confiança e colaboração com a FO, as FA que participaram no estudo sejam ainda assim capazes de considerar o acolhimento bem-sucedido e, portanto, mantenham a sua intenção de continuar a acolher.

6. CONCLUSÕES

O presente estudo teve como objetivos caracterizar as FA portuguesas relativamente às variáveis satisfação, dificuldades e intenção de continuar a acolher, e explorar as relações existentes entre as variáveis mencionadas.

Uma primeira conclusão pertinente é a assimetria entre os elevados níveis de satisfação e os reduzidos níveis de dificuldades das FA. Esta é uma mais-valia que pode vir a ser utilizada nas campanhas de sensibilização para o AF, na medida em que permitem demonstrar resultados positivos e favoráveis ao programa de AF. Como segunda conclusão, denota-se o facto de os resultados corroborarem a literatura no que concerne à importância dos profissionais de AF e da relação que os mesmos estabelecem com as FA para um acolhimento bem-sucedido. Similarmente, relembra-se o impacto que as FO podem ter na perceção de satisfação e dificuldades no processo de acolhimento, sendo necessário prestar mais atenção e alocar a esta questão recursos que permitam melhor combater as lacunas identificadas, quer ao nível da formação dos profissionais de AF e das FA, como ao nível do acompanhamento prestado às mesmas.

Concluiu-se também que as questões burocráticas e as dificuldades a si associadas são um aspeto que realça a necessidade de se intervir junto dos serviços externos ao MIAF, por forma a trabalhar no sentido de oferecer às FA uma articulação entre serviços mais acessível e fluída, sugerindo-se a implementação de campanhas de consciencialização direcionadas às entidades externas, de forma a aumentar o seu conhecimento sobre a medida de proteção, com o fito de que estas possam assim estar mais bem preparadas para proporcionar uma resposta adequada e em tempo útil às necessidades das FA.

Como última conclusão, apresentam-se as associações encontradas entre as variáveis em estudo, que permitem concluir que quanto menores as dificuldades, mais elevada é a satisfação e, simultaneamente, quanto mais satisfeitas se sentem as FA, mais intenção de continuar a acolher terão, destacando-se assim a importância de atuar em ambas as frentes – aumentar a satisfação e diminuir as dificuldades – por forma a contribuir diretamente para uma maior retenção das FA.

A principal limitação deste estudo diz respeito ao reduzido tamanho da amostra, visto ter-se recorrido unicamente às FA integrantes do serviço de AF da UAACAF da SCML. Porém, defende-se a pertinência de dar continuidade à aplicação do questionário utilizado nesta investigação, periodicamente, na generalidade das FA portuguesas, por forma a auscultar o *feedback* das mesmas e a possibilitar uma constante atualização e melhoria dos serviços de AF prestados. Com tais aplicações futuras do questionário, seria também possível contornar o facto de, no presente estudo, terem sido poucos os participantes que já haviam experienciado a fase de término do processo de AF. Outras limitações prendem-se com a extensão dos questionários e a longa duração que os mesmos requerem para o preenchimento, que podem contribuir para que os participantes não concluam o seu preenchimento. Por fim, aquando da análise dos resultados, foi detetado um item (“Em geral, não senti nem tenho sentido grandes dificuldades”) que não permite a sua interpretação devido à forma ambígua como foi construído, tendo em consideração as opções de resposta para si disponibilizadas. Posto isto, sugere-se a reformulação ou exclusão do item.

Relativamente à prática, e tendo em consideração a escassa investigação e, conseqüentemente, o reduzido conhecimento disponível acerca das FA portuguesas, o presente estudo apresenta-se como uma mais-valia para a área do AF pois contribui para o conhecimento do fenómeno e para a identificação das melhorias necessárias a implementar nas diferentes etapas e dimensões dos processos de AF. Neste sentido, e considerando futuras investigações, sugere-se a realização de estudos qualitativos que visem captar uma imagem mais compreensiva da disponibilidade para continuar a acolher e dos fatores a esta inerentes, para melhor compreender e poder combater as lacunas existentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- American Psychological Association. (2022). APA Dictionary of Psychology. Acedido a 14 de agosto de 2022 em <https://dictionary.apa.org/>
- Baker, A. J. L. (2007). Client feedback in child welfare programs: Current trends and future directions. *Children and Youth Services Review*, 29(9), 1189–1200. <https://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2007.05.003>
- Berrick, J. D., & Skivenes, M. (2012). Dimensions of high quality foster care: Parenting Plus. *Children and Youth Services Review*, 34(9), 1956–1965. <https://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2012.05.026>
- Brown, J. D. (2008). Foster parents' perceptions of factors needed for successful foster placements. *Journal of child and family studies*, 17(4), 538-554. <https://doi.org/10.1007/s10826-007-9172-z>
- Brown, J., & Calder, P. (1999). Concept-mapping the challenges faced by foster parents. *Children and Youth Services Review*, 21(6), 481-495. [https://doi.org/10.1016/S0190-7409\(99\)00034-1](https://doi.org/10.1016/S0190-7409(99)00034-1)
- Carvalho, J., Delgado, P., & Pinto, V. S. (2019). O contacto no acolhimento familiar. Discursos, representações e desafios para o desenvolvimento da relação entre famílias e profissionais. *Configurações, Revista Ciências Sociais*, 23, 31-52. <https://doi.org/10.4000/configuracoes.7317>
- Carvalho, M. J. L., & Diogo, E. (2021). Acolhimento Familiar de Crianças e Jovens: O Nó Cego da Proteção à Infância em Portugal. In E. Magalhães & J. Baptista (Eds.), *Acolhimento Familiar de Crianças e Jovens em Perigo* (pp. 23-46). PACTOR.
- Chipungu, S. S., & Bent-Goodley, T. B. (2004). Meeting the challenges of contemporary foster care. *The future of children*, 14(1), 75-93. <https://doi.org/10.2307/1602755>
- Cooley, M. E., Thompson, H. M., & Newell, E. (2019). Examining the influence of social support on the relationship between child behavior problems and foster parent satisfaction and challenges. *Child & Youth Care Forum*, 48(3), 289-303. <https://doi.org/10.1007/s10566-018-9478-6>

- Decreto-Lei n.º 11/2008 de 17 de janeiro do Ministério da Justiça. Diário da República: 1ª série, N.º 12 (2008). Acedido a 8 de maio de 2021 em <https://dre.pt>
- Delgado, P. (2010). O acolhimento Familiar em Portugal. Conceitos, práticas e desafios. *Psicologia & Sociedade*, 22(2), 336-344. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822010000200014>
- Delgado, P., Carvalho, J., & Pinto, V. S. (2014). Crescer em Família: A Permanência no Acolhimento Familiar. *Pedagogia Social, Revista Universitária*, 23, 123-150. http://dx.doi.org/10.7179/PSRI_2014.23.06
- Delgado, P., López, M., Carvalho, J., & Del Valle, J. F. (2015). Acolhimento familiar em Portugal e Espanha: Uma investigação comparada sobre a satisfação dos acolhedores. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 28(4), 840–849. <https://doi.org/10.1590/1678-7153.201528423>
- Del Valle, J. F., & Bravo, A. (2013). Current trends, figures and challenges in out of home childcare: An international comparative analysis. *Psychosocial Intervention*, 22, 251-257. <https://doi.org/10.5093/in2013a28>
- Denby, R., Rindfleisch, N., & Bean, G. (1999). Predictors of foster parents' satisfaction and intent to continue to foster. *Child Abuse & Neglect*, 23(3), 287-303. [https://doi.org/10.1016/S0145-2134\(98\)00126-4](https://doi.org/10.1016/S0145-2134(98)00126-4)
- Diogo, E., & Branco, F. (2020). The Foster Family Process to Maintain the Will to Remain in Foster Care – Implications for a Sustainable Programme. *Sustainability*, 12(19). <https://doi.org/10.3390/su12197942>
- Dozier, M. (2005). Challenges of foster care. *Attachment & Human Development*, 7(1), 27-30. <https://doi.org/10.1080/14616730500039747>
- Geiger, J. M., Hayes, M. J., & Lietz, C. A. (2013). Should I stay or should I go? A mixed methods study examining the factors influencing foster parents' decisions to continue or discontinue providing foster care. *Children and Youth Services Review*, 35(9), 1356-1365. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2013.05.003>
- Gouveia, L., Magalhães, E., & Pinto, V. S. (2021). Foster families: A systematic review of intention and retention factors. *Journal of Child and Family Studies*, 30(11), 2766-2781. <https://doi.org/10.1007/s10826-021-02051-w>

- Holen, F. V., Vanderfaeillie, J., Vanschoonlandt, F., De Maeyer, S., & Stroobants, T. (2015). Explorative study into support needs of caregivers in short-term foster care regarding problem behaviour and dealing with biological parents. *European Journal of Social Work*, 18(1), 97-113. <https://doi.org/10.1080/13691457.2014.883365>
- Humphreys, C., & Kiraly, M. (2011). High-frequency family contact: A road to nowhere for infants. *Child and Family Social Work*, 16(1), 1-11. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2206.2010.00699.x>
- IBM Corporation. (2019). *IBM SPSS Statistics for Windows, Version 26.0*. IBM Corporation.
- Instituto de Segurança Social, I.P. (2021). *CASA – Relatório de caracterização anual da situação de acolhimento das crianças e jovens*.
- Koren-Karie, N., & Markman-Gefen, R. (2016). Foster caregiver insightfulness and emotional investment. *Journal of Social Work*, 16, 489-509. <https://doi.org/10.1177/1468017315581528>
- Lawrence, C. R., Carlson, E. A., & Egeland, B. (2006). The impact of foster care on development. *Development and psychopathology*, 18(1), 57-76. <https://doi.org/10.1017/S0954579406060044>
- Lei n.º 142/2015 de 8 de setembro do Ministério da Justiça. Diário da República: 1ª série, N.º 175 (2015). Acedido a 8 de maio de 2021 em <https://dre.pt>
- Lei n.º 147/99 de 1 de setembro do Ministério da Justiça. Diário da República: 1ª série, N.º 177 (2019). Acedido a 5 de março de 2021 em <https://dre.pt>
- López, M., Delgado, P., Carvalho, J. M. S., & Del Valle, J. F. (2014). Características y desarrollo del acogimiento familiar en dos países con fuerte tradición de acogimiento residencial: España y Portugal. *Universitas Psychologica*, 13(3), 865-880. <http://dx.doi.org/10.11144/Javeriana.UPSY13-3.cdaf>
- MacGregor, T. E., Rodger, S., Cummings, A. L., & Leschied, A. W. (2006). The needs of foster parents: A qualitative study of motivation, support, and retention. *Qualitative Social Work*, 5(3), 351-368. <https://doi.org/10.1177%2F1473325006067365>

- Martínez, M. D. S., Fuentes, M. J., Bernedo, I. M., & García-Martín, M. A. (2016). Contact visits between foster children and their birth family: The views of foster children, foster parents and social workers. *Child and Family Social Work*, 21(4), 473–483. <https://doi.org/10.1111/cfs.12163>
- Miron, D., Suján, A., & Middleton, M. (2013). Considering the best interests of infants in foster care placed separately from their siblings. *Children and Youth Services Review*, 35(9), 1385-1392. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2013.05.008>
- Moira, S. & Eleoff, S. B. (2020). Foster and Kinship Care. In R. M. Kliegman & J. St. Geme (Eds.), *Nelson Textbook of Pediatrics* (pp. 65-68). Elsevier.
- Mundos de Vida (2019). *Investir no Acolhimento Familiar*. http://www.mundosdevida.pt/_Investir_no_Acolhimento_Familiar
- Murray, L., Tarren-Sweeney, M., France, K. (2011). Foster carer perceptions of support and training in the context of high burden of care. *Child and Family Social Work*, 16, 149-158. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2206.2010.00722.x>
- Negrão, M., Moreira, M., Veríssimo, L., & Veiga, E. (2019). Conhecimentos e perceções públicas acerca do acolhimento familiar: Contributos para o desenvolvimento da medida. *Análise Psicológica*, 37(1), 81–92. <https://doi.org/10.14417/ap.1564>
- Nowacki, K., & Schoelmerich, A. (2010). Growing up in foster families or institutions: And psychological adjustment of young adults. *Attachment & Human Development*, 12, 551-566. <https://doi.org/10.1080/14616734.2010.504547>
- Octoman, O., & McLean, S. (2014). Challenging behaviour in foster care: what supports do foster carers want? *Adoption & Fostering*, 38(2), 149–158. <https://doi.org/10.1177/0308575914532404>
- Portaria n.º 278-A/2020 de 4 de dezembro do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Diário da República: 1ª série, N.º 236 (2020). Acedido a 4 de janeiro de 2022 em <https://dre.pt>
- Randle, M., Miller, L., & Dolnicar, S. (2017). What can agencies do to increase foster carer satisfaction?. *Child & Family Social Work*, 23(2), 212–221. <https://doi.org/10.1111/cfs.12402>

- Rodger, S., Cummings, A., & Leschied, A. W. (2006). Who is caring for our most vulnerable children? The motivation to foster in child welfare. *Child Abuse and Neglect*, 10, 1129–1142. <https://doi.org/10.1016/j.chiab u.2006.04.005>
- Saarnik, H. (2021). A Systematic Review of Factors Needed for Successful Foster Placements: Perspectives from Children and Foster Parents. *Child & Youth Services*, 42(4), 374-392. <https://doi.org/10.1080/0145935X.2021.1926227>
- Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. (2020). *Acolhimento Familiar*. <https://www.scml.pt/acao-social/adocao-apadrinhamento-civil-e-acolhimento-familiar/acolhimento-familiar/>
- Triseliotis, J., Borland, M., & Hill, M. (1998). Foster carers who cease to foster. *Adoption & Fostering*, 22(2), 54-61. <https://doi.org/10.1177%2F030857599802200208>
- Vanschoonlandt, F., Vanderfaeillie, J., Van Holen, F., De Maeyer, S., & Robberechts, M. (2013). Parenting stress and parenting behavior among foster mothers of foster children with externalizing problems. *Children and Youth Services Review*, 35, 1742–1750. <https://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2013.07.012>
- Whenan, R., Oxlad, M., & Lushington, K. (2009). Factors associated with foster carer well-being, satisfaction and intention to continue providing out-of-home care. *Children and Youth Services Review*, 31, 752-760. <http://dx.doi.org/10.1016/j.chilyouth.2009.02.001>